

COLECIONA

vol. 4/Ano 1
dezembro

FICHÁRIO D@ EDUCADOR AMBIENTAL

TEXTOS PARA SE PENSAR A EA

- A Educação Ambiental e a Educação Infantil
- Educação para o novo cenário mundial das mudanças climáticas

PÁG. 3

COLETIVOS EDUCADORES

- Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Florestais na Bacia do Moxotó/PE

PÁG. 15

SALAS VERDES

- Salas Verdes e a preocupação com o Ambiente no Campo
- Sala Verde Parque dos Sabiás

PÁG. 21

COLETIVOS JOVENS E COM-VIDAS

- Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente "Mudanças Ambientais Globais"

PÁG. 25

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Projeto de Educação Ambiental na CPLP a importância da comunicação entre os parceiros

PÁG. 27

EDUCOMUNICAÇÃO

- Alunos de nutrição da USP utilizam ações criativas em educação nutricional
- Educar comunicando + comunicar ...

PÁG. 33

AGENDA DA EA

- Eventos e Cursos para @ Educador Ambiental

PÁG. 39

INDICA-SE

- Livros e publicações voltados à Educação Ambiental

PÁG. 43

CADASTRE-SE

Caso tenha interesse em receber em seu endereço eletrônico este material, envie um e-mail para educambiental@mma.gov.br com o assunto: recebimento Coleciona: fichário do EA, ou através do Blog Coleciona-ea (<http://colecciona-ea.blogspot.com>).

COLABORE

O recebimento dos textos é um fluxo contínuo, isto é, não há prazos para o envio dos mesmos.

DICAS PARA O ENVIO: Os textos devem ter no máximo quatro páginas.

Caso haja a necessidade de alterar o tamanho do documento ou o conteúdo, o autor será notificado e a publicação se dará mediante aprovação do mesmo.

OPINE

Envie sua opinião sobre o conteúdo e o formato deste material para educambiental@mma.gov.br, com o assunto: opinião Coleciona: fichário do EA ou através do Blog Coleciona-ea (<http://colecciona-ea.blogspot.com>).. Se possível nos comunique sobre seu envolvimento com atividades de Educação Ambiental.

Fica autorizada a publicação total ou parcial do conteúdo deste fichário, desde que citada a fonte.

O conteúdo dos eventos e cursos são de inteira responsabilidade de seus organizadores/coordenadores.

A Educação Ambiental e a Educação Infantil

uma interlocução possível a partir das vivências das crianças da UMEI - Castelo, em Belo Horizonte

Catarina Barbosa Torres Gomes ¹

Lucineide Nunes Soares ²

Articular a Educação Ambiental à Educação Infantil é o propósito deste texto que pretende discutir algumas vivências das crianças da Educação Infantil da UMEI¹ – (Unidade Municipal de Educação Infantil), localizada no bairro Castelo, do município de Belo Horizonte.

Para a elaboração desse artigo, fundamentou-se em uma pesquisa² que teve como objetivo principal analisar as vivências de Educação Ambiental das crianças da UMEI-Castelo, ocorridas no período de 2005-6, por meio dos registros documentados pelas professoras dessa Unidade, que também colaboraram a partir de entrevistas semi-estruturadas.

Dentre os principais documentos que deram origem à pesquisa, foram considerados o Planejamento Político Pedagógico, os projetos realizados pelas professoras com turmas de crianças de várias idades, documentados sob a forma de “livrões” que contêm reescritas, escritas coletivas, fotografias de atividades extra-escolares e de atividades intra-escolar, depoimentos de familiares, memoriais, dentre outras.

A Educação Ambiental na UMEI-Castelo teve como ponto de partida as discussões internas travadas por alguns educadores juntamente com a coordenação. Paralelo a isso aconteceu o Curso “A Construção da Proposta Pedagógica para a Educação Infantil. Esse curso desencadeou outros debates na UMEI sob a orientação da Secretaria de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de ampliar as discussões sobre EA na Rede Municipal. Esses momentos de formação serviram como precipitadores para a entrada da temática ambiental nas discussões presentes no interior das UMEIs, que também coincide com o momento da construção de suas Propostas Pedagógicas. Na UMEI-Castelo não foi diferente. Daí se reafirmar a escolha dessa instituição como propícia para a investigação das práticas pedagógicas até então desenvolvidas sob o tema da EA.

A UMEI-Castelo é uma unidade educacional que está inserida em um contexto de grandes diferenças socioculturais, econômicas, políticas e raciais que estão presentes e visíveis. Essa diversidade é ao mesmo tempo um desafio instigante para a definição de novas práticas pedagógicas, sobretudo, aquelas que colocam os alunos como sujeitos socioambientais dentro e fora do espaço escolar.

Nesse sentido, a Educação Ambiental como eixo norteador da proposta pedagógica, traz para a escola o desafio de construir proposições para uma nova prática, em que os processos de ensino-aprendizagem tenham como princípios: a participação democrática, a construção de práticas coletivas e a formação integral, que de certo modo dialogam com os então princípios e fins da educação infantil, referendados no Art. 29 da LDB 9394/96 e da Educação Nacional. O art. 2º da LDBEN esclarece que a educação infantil deve “ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”. Para tanto, tornou-se relevante para a UMEI- Castelo a adoção da Educação Ambiental como eixo norteador do seu Projeto Político Pedagógico e a ecologia integral como um dos temas prioritários para a sistematização de programas e projetos institucionais tendo em vista a possibilidade da interlocução com o binômio cuidar e educar.

Discorrendo sobre o documento da Proposta Pedagógica, encontram-se trechos que descrevem esse processo de discussão, reflexão e definições sobre a prática da UMEI- Castelo

1 A UMEI Castelo possui atualmente trinta e três (33) professoras, aproximadamente duzentos e setenta (270) alunos e dez (10) funcionários. A Instituição atende a crianças de 0 aos 6 anos de idade em regime integral e parcial.

2 Pesquisa realizada para consecução da referida monografia.

O cuidar e o educar foram e são frutos de discussões na busca de qualidade do trabalho que realizamos com as crianças, fato que vem refletindo na nossa organização, muitos registros foram feitos e este binômio fez apontar o tema Ecologia Integral como metodologia de trabalho ou Projeto Institucional.

Entretanto, a definição de uma linha diretriz em Educação Ambiental no planejamento político pedagógico da UMEI suscitou algumas questões essenciais para a formação do educador e do educando, no sentido de provocar a busca por novos caminhos para o trabalho de Educação Ambiental.

Nesse sentido buscou-se pensar sobre a possibilidade de um trabalho de Educação Ambiental na Educação Infantil que pudesse envolver o coletivo de professores na busca de reflexões sobre a própria prática, a partir da qual a EA pudesse ser considerada como eixo da proposta de trabalho. Sendo assim, procurou-se problematizar os princípios para se pensar a prática de Educação Ambiental na Educação Infantil, visando o planejamento de ações que podem ser implementadas no ambiente escolar e também por meio dele, alcançando outros espaços.

Diante dessas questões pode-se afirmar que as reflexões realizadas foram complexas e desafiadoras para todos os professores. Refletir sobre a prática na intenção de reestruturar o trabalho inserindo a Educação Ambiental como eixo norteador, requer o entendimento da educação ambiental “como um processo educativo amplo e permanente, necessário à formação do cidadão” (Gouvêa, 2006, p.169).

E para esse entendimento faz-se necessário que “desde a escola primária, (educação infantil) dar-se-ia início a um percurso que ligaria a indagação sobre a condição humana à indagação sobre o mundo” (Morin, 2008, p. 76). Desse modo, os processos de formação dos educadores precisam dialogar com essa concepção de educação ambiental.

Principais discussões a partir dos resultados da pesquisa

Foram analisados os materiais produzidos por alunos da turma Borboleta, denominado: Vamos abraçar o mundinho? Quanto ao material analisado trata-se de um documento que é denominado na escola por “livrão”. Este material é composto por diferentes tipos de registros produzidos pelas crianças e a professora referência da turma “Borboleta”, de alunos entre 4 e 5 anos da UMEI Castelo.

O trabalho foi realizado a partir do livro de literatura infantil “Vamos abraçar o Mundinho”, de Ingrid Biese-meyer. O livro escolhido trata da questão ambiental de forma interessante, pois traz um contexto histórico que permite ao leitor pensar em diferentes relações que podem ser construídas com o mundo. São relações positivas que mostram as possibilidades de lidar com os problemas ambientais produzidos pelo próprio homem. E no final tudo se resume em ações que convidam a abraçar o “mundinho”. A escolha do livro de literatura explorado, de acordo com a justificativa da professora, parte inicialmente do interesse das crianças pela obra. Os registros fotográficos presentes no livrão têm a função de introduzir as crianças da turma como “protagonistas” ou “personagens” da história recontada. Trata-se de fotos de seus rostos incorporadas no enredo da história, que se inicia na capa do livro, onde estão abraçando o mundo.

Os desenhos existentes no livrão são de autoria das crianças. Observou-se que desde a capa eles participam da construção do livro por meio dos desenhos que servem como complemento para as colagens e também como ilustração, onde figuravam animais, flores, figuras humanas, fábrica, água saindo da torneira, sol, carros, fogo, vegetação, lixo (diferentes tipos de lixo), dentre outros.

Em um dos relatos, a professora demonstra a rotina com o trabalho a partir do livro que precipitou as atividades. É interessante observar no depoimento dela, o quanto a temática da Educação Ambiental tem sua dimensão interdisciplinar e lúdica, pois ao mesmo tempo em que estudam, as crianças demonstram que estão gostando da relação estabelecida naquele momento, explorando várias dimensões do processo ensino-aprendizagem.

Comecei a ler o livro várias vezes na roda a pedido deles: - Lê de novo! Lê de novo! Então várias vezes eu li e fiz o trabalho de interpretação oral com eles, fazia perguntas relativas ao texto do livro, as ilustrações. Eles comentavam que tinham que ajudar porque senão o mundo ia acabar e a água do planeta também. “Tenho que cuidar apagando a luz quando sair de um lugar”. Eu achei interessantes os depoimentos deles. Nesse sentido, eu resolvi fazer a

reprodução desse livro através do trabalho artístico. [...] Então a gente fez o reconto oral, na verdade eu reproduzi o que o livro realmente trazia. Eu não contei o que eles contaram, mas a gente fez esse trabalho artístico aqui, literário e de conscientização ao mesmo tempo. (Trecho de entrevista da professora Jeanne – concedida no dia 08/04/08 às 9:30).

Outro material analisado foi o “Memorial da turma da Borboleta”. Nele encontram-se diferentes registros dos momentos vivenciados pela turma durante o ano de 2007. Além disso, há também registros de amostras de atividades feitas pelas crianças durante o ano. O enfoque dessa análise é o sujeito das práticas, pois não há atividades registradas sobre Educação Ambiental. Sendo assim, foi possível uma discussão que apresentou a importância do desenvolvimento de sujeitos pertencentes ao seu meio, considerando as demandas do mundo em que vivem suas necessidades e interesses, de suas famílias e das comunidades em que estão inseridas.

Nesta direção, a prática pedagógica na educação infantil, tendo o cuidar e o educar como indissociáveis possibilita o reconhecimento das crianças como produtoras de cultura, por meio da qual estabelecem relações com seus pares e adultos. Faz-se necessário a criação de espaços para que as crianças conheçam o mundo.

No que se refere ao Memorial, como já diz o nome, tem a ver com memória; portanto, a utilização desse tipo de material é interessante como fonte de registros variados e para o aprimoramento da sistematização das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola. Reafirmando a importância do trabalho com o memorial, Pérez (2006), aponta:

Memórias e narrativas refletem e refratam o mundo cotidiano, criado na experiência e re-criado na rememoração. Na narrativa, o cotidiano ganha forma de linguagem, e as imagens traduzem formas de ser e viver, reminiscências elaboradas e reelaboradas, histórias revisitadas, paisagens de um espaço-tempo de vida, de trabalho, de aprendizagem (PEREZ, 1006, p. 20).

Até mesmo a comemoração dos aniversariantes foi analisada como uma atividade que tem estreita ligação com as vivências em Educação Ambiental, pois sendo uma das atividades que estimulam o cuidar e o educar; propicia no interior da escola momentos coletivos, de encontro com o outro, de celebração, de construção de identidades, de valorização do grupo, dentre outros aspectos.

Outros projetos da Turma do Cascão e Borboleta, além do projeto Horta, que era um projeto institucional foram analisados para a pesquisa. No entanto, nessa breve discussão, foram apresentados aqueles que propiciaram grande interlocução entre a Educação Infantil e a Educação Ambiental.

Referência Bibliográfica

GOUVÊA, Giana Raquel Rosa. Reinos da Formação de Professores para a Educação Ambiental. Revista Educar. Curitiba, nº. 27, p. 163 - 179, Editora UFPR, 2006.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento; tradução Eloá Jacobina, 14.ed. Rio de Janeiro: 2008. 128p.

PÉREZ, Carmen Lúcia. Sentidos emancipadores das narrações de memórias. Revista Presença Pedagógica nº67, p. 17-25 - jan/fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular para a educação infantil. 3 vols. Brasília: MEC/ SEF, 1998 e Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais, vols 8 e 9. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Constituição Federal. Publicada no DOU de 05 de outubro de 1988.

1 - Catarina Barbosa Torres Gomes é professora do curso de especialização em “Educação Ambiental para Sustentabilidade Local”, oferecido pelo Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Ouro Preto, e orientadora da pesquisa que originou o presente artigo.

2 - Lucineide Nunes Soares é professora da UMEI-Castelo e pesquisadora que realizou a monografia intitulada “A Educação Ambiental pelas vivências das crianças da Educação Infantil na UMEI - Castelo da Rede Municipal de Belo Horizonte” para obtenção do título de “Educadora Ambiental”.



Educação para o novo cenário mundial das mudanças climáticas

Lais Denovaro Bacilla*

Educação Ambiental para sustentabilidade planetária

Desde a revolução industrial, as concentrações de dióxido de carbono-CO₂ aumentaram 25% pela queima principalmente dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás), chegando quase a 6 bilhões de toneladas por ano. Hoje, sabe-se que a metade destas emissões é absorvida pelos vegetais e pelos oceanos e, quanto a outra metade, retida na atmosfera.

Tal situação está provocando o aquecimento global exagerado, que já causou um aumento de 0.7 graus o que já gerou um aumento de 10 a 20 cm do nível dos oceanos. Só este fato está ocasionado diversos distúrbios climáticos, como derretimento de geleiras, desaparecimento de algumas espécies de animais, como insetos, répteis, bem como a perda da biodiversidade.

O planeta é um ser vivo, como afirma James Lovelock em seu livro - “A vingança de Gaia” que estaria seriamente doente, como um ser vivo e que nós os seres humanos estamos adoecendo com nossa conduta de consumo e progresso capitalista.

Este processo de produzir mais, consumir mais, levando aos recursos naturais a exaustão, terá um efeito dominó sobre toda a humanidade. Mesmo com pequenas mudanças climáticas, já estamos sofrendo com invernos mais rigorosos e verões cada vez mais quentes. Outro cientista inglês, o economista Herman Daly, professor da Universidade de Maryland e ex-consultor do Departamento para o Meio Ambiente do Banco Mundial, comenta na Revista New Science sobre a crise econômica atual e a crise ambiental planetária: “Os economistas não perceberam um fato simples que para os cientistas é óbvio: o tamanho da Terra é fixo, nem sua massa nem a extensão da superfície variam. O mesmo vale para a energia, água, terra, ar, minerais e outros recursos presentes no planeta. A Terra já não está conseguindo sustentar a economia existente, muito menos uma que continue crescendo”. Devemos então observar a crise atual como um momento de reflexão dos novos paradigmas ambientais se confluindo ao modelo econômico capitalista, que vem sendo imposto ao meio ambiente desde a década passada, onde prevaleceu o capital sob o domínio da natureza. Para Daly, o fato de o nosso sistema econômico ser baseado na busca do crescimento acima de tudo, faz com que o mundo esteja caminhando para um desastre ecológico e também econômico. “Para evitar este desastre, precisamos mudar nosso foco do crescimento quantitativo para um qualitativo e impor limites nas taxas de consumo dos recursos naturais da Terra”, escreve.

Segundo Andrew Simms, diretor da New Economics Foundation, em Londres, “a humanidade está indo além da capacidade da biosfera sustentar nossas atividades anuais desde meados dos anos 1980. Em 2008, nós ultrapassamos essa capacidade anual em 23 de setembro, cinco dias antes do ano anterior”.

Ele ainda afirma ser impossível que um dia toda a humanidade tenha o padrão de vida dos países desenvolvidos. Seriam necessários pelo menos três planetas Terra para sustentar essas necessidades, se todos vivessem nos padrões da Grã-Bretanha, e cinco, se vivessemos como os americanos”. Para Simms, a Terra estaria inabitável muito tempo antes que o crescimento econômico pudesse erradicar a pobreza. “Só foi preciso alguns dias para que os governos do Reino Unido e dos EUA abandonassem décadas de doutrinas econômicas para tentar resgatar o sistema financeiro de um colapso. “Por que tem que demorar mais para introduzirem um plano para deter o colapso do planeta trazido por uma conduta irresponsável e ainda mais perigosa chamada obsessão pelo crescimento?” (Fonte: Folha Online).

Dentro deste cenário de degradação do Planeta, a ONU e a UNESCO promulgaram na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992, um texto base recomendando aos 175 países signatários do Protocolo de Kyoto, entre eles o Brasil, com a responsabilidade das reduções de emissões de suas fontes poluidoras e também e, principalmente, na mudanças de hábitos de consumo das populações, através de um programa de educação ambiental nas escolas e ações com a sociedade em geral, através da Agenda 21 passos para uma sociedade sustentável. Assim, em 1992, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu o Decreto Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que realiza a obrigatoriedade da Educação Ambiental no ensino e currículo escolar.

O IPCC- Painel Inter Governamental de Mudanças Climáticas, organismo criado pela ONU, que reúne mais de 2.000 cientistas do mundo inteiro, afirma que, sem dúvida, o maior causador deste processo de aquecimento global é o próprio homem. O modo de vida que adotamos, segundo Lovelock, está promovendo o colapso deste organismo vivo, Gaia, que é de onde comemos, respiramos, bebemos.

É preciso mudar! Mudar urgentemente este processo de consumo e de hábitos de vida! Nosso tempo, como bem disse Francisco Gutierrez, é preciso a revalorização da consciência, é preciso descobrirmos o valor da vida!

Para o Brasil, o quarto maior emissor de gás carbônico do mundo, está no processo de aceleração de crescimento econômico, portanto, com maior número de emissões, hoje suas metas de redução restringe-se a promover uma discussão em Fóruns e Congressos, sem até agora apresentar estudos e planos para uma ação efetiva, quer seja no sistema educacional, quer seja em legislação para limitar as nossas emissões.

No ano passado, em Santa Catarina, houve o primeiro caso de um furacão, que arrasou as cidades de Araranguá e Criciúma levando a população a perda estima de 1 milhão de reais e mais de 20 mil pessoas desabrigadas, perdendo tudo ou quase como casas e bens (fonte site da Defesa Civil de Santa Catarina). Na Amazonia, em 2005, aconteceu a maior seca de sua história e mais de 300 mil pessoas ficaram sem trabalho e passando toda e espécie de necessidades devido às secas que ali assolaram. Este ano, mais de 400 mil pessoas no nordeste foram desalojadas quando mais de seis Estados nordestinos passaram pela maior enchente dos últimos 25 anos, devido as chuvas intensas que, também, naquela região se precipitaram. Como iremos fomentar uma mudança rápida de hábitos e costumes na população, que muitas vezes desconhece que são estas justamente as causas de uma conduta pífida e maldosa com relação ao nosso Planeta?

Urge a necessidade de formarmos uma consciência local e com consciência dimensão mundial de uma nova forma de utilizarmos os recursos naturais sem competitividades e individualismo. Para tanto, as redes sociais podem ser agora uma forma de promovermos rapidamente a modificação de situações que coloquem em risco a vida humana, bem como promovermos mudanças de valores, hábitos e costumes que poderão, num futuro, serem o diferencial da nossa sobrevivência ou não.

As redes sociais, como afirma Fritoj Capra, é uma comunidade de práticas, sendo redes de comunicação, onde todos podem e devem se sentir como partes do mesmo sistema, neste caso, do ser Gaia, e que, portanto, são necessários seres vivos e dinâmicos atuando entre si, para sua sustentabilidade.

Para Loureiro (2006), no seu texto “Educação Ambiental: diálogos e desafios” (Coletâneas de textos sobre sustentabilidade, 2006-RJ), o autor refere-se aos desafios contemporâneos que a educação ambiental no Brasil tem se deparado. A falta de diálogos entre os movimentos ambientalistas, o despreparo e por vezes desinteresse dos professores pelo tema, a falta de políticas públicas que norteiam a prática e as ações dos programas educacionais, são alguns dos desafios da sustentabilidade e da ecologia no Brasil. Para tanto, um dos processos de engajamento seria a formação de redes de sustentabilidade na educação, a exemplo de outros países que já desenvolvem ações continuadas em redes. Para que possamos nos engajar e atuar em uma rede, é preciso que estabeleçamos um laço de empatia e simpatia pelos objetivos e objetos que são temas das redes. Outros bons exemplos de ação com rede são as Agendas 21- “Agenda 21 é um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolvem tanto a sociedade civil quanto o governo num processo amplo e participativo” (relatório Agenda 21-1º Encontro paranaense de redes de Agendas 21 locais-28ª 29/07). Para tanto, neste ano, as escolas já estão recebendo da Secretaria Estadual da Educação treinamento próprio para desenvolver os seus projetos com comunidades em torno das escolas, sendo estas do programas das Agenda 21 nas escolas, mas diante de tamanho desafio, quantas escolas hoje no Brasil efetivamente envolvem as suas comunidades na Agenda 21?

A Eco Pedagogia como instrumento de sustentabilidade na educação

A eco pedagogia, que tem seu principal defensor e idealizador o professor Moacir Gadotti (1999), atual presidente do Instituto Paulo Freire, é uma forma de entender a subjetividade do “mundo vivido”, compreendendo as estruturas da vida cotidiana, levando em conta as práticas individuais e as experiências pessoais. Alguns estudiosos chamam este processo de “holismo” ou paradigmas “holonômicos” da educação (Gadotti, 1999), ou o processo que sustenta que devemos usar o desejo, a paixão, o olhar a escuta, ou seja, os sentidos que todos nós temos, mas que raramente os percebemos, principalmente quando nos deparamos para observar a natureza que nos envolve. Para Aristóteles, o pai do pensamento dialético, o conhecimento e a verdade se fazia na observação, para tanto, sempre ao se perguntar e procurar a verdade, estaríamos mais próximos daquele que nos criou. Durante o Primeiro Encontro Internacional da Carta da Terra na Perspectiva da Educação, organizado pelo Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti e Francisco Gutierrez (1996:13) definiram o processo pelo qual a sociedade passa pelo desenvolvimento sustentável como tendo 4 condições básicas: 1- economicamente factível, 2- ecologicamente apropriado, 3- socialmente justo, 4- culturalmente equitativo, respeitoso e sem discriminação de gênero. Para Gadotti, que cita Gutierrez, “o desenvolvimento sustentável é mais do que um conceito científico, é uma idéia-força, uma idéia mobilizadora neste milênio”. Ainda para o autor, que cita Herbert McLuhan, “o planeta tornou-se a nossa sala de aula e o nosso endereço. O ciberespaço não está em lugar nenhum, pois está em todo o lugar o tempo todo”.

Este ano as conferências regionais e municipais de meio ambiente escolheram como tema para os debates as mudanças climáticas. Os resultados só serão finalizados no início do próximo ano, pois serviram de base para as políticas públicas do Estado e depois da União. Quais serão os resultados “ad continuum” deste processo, talvez despertado em alunos e professores, quanto ao tema das mudanças climáticas? Existe de fato um movimento de conscientização quanto a mudanças de hábitos e condutas diárias de pais, professores e alunos quanto as causas dos fatores do aquecimento global? Está a sociedade educacional preparada para desenvolver um programa com metas e objetivos quantitativos e qualitativos quanto as diminuições de emissões de uma escola, de uma cidade, por exemplo? Estas e outras perguntas são objetos da pesquisa que estamos realizando ao longo deste mestrado. Pois entendemos ser urgente e imprecindível o envolvimento de todos, sem qualquer distinção, para garantir a sobrevivência planetária e da humanidade.

Referência Bibliográfica

- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Parâmetros curriculares: educação ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.
- BOFF, Leonardo. A ética da Vida. Rio de Janeiro: Sextante 2005.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.) Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- CAPRA, Fritjof. A teia da vida. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2004.
- FREIRE DIAS, Genebaldo. Pegada Ecológica e sustentabilidade humana. São Paulo: Gaia, 2002.
- HUTCHISON, David. Educação ecológica: idéias sobre consciência ambiental. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2000.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental: repensando a espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- LOVELOCK, James. A Vingança de Gaia. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- LÖWY, Michael. Ecologia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORIN, Edgar. O paradigma perdido. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

MORIN , Edgar; KERN, Anne Brigitte. Terra Pátria. Porto Alegre: Sulina, 2005.

VEJA-PENA, A. O Despertar Ecológico. Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

*Lais Denovaro Bacilla é mestranda em Educação e Políticas Públicas da UTP- Universidade Tuiuti do Paraná .
Contato: Lais_ifas@hotmail.com

Ecologia, Filosofia e Educação diálogos transdisciplinares na perspectiva da sustentabilidade

Lesly Monteiro Ratinho*

Como a filosofia pode ajudar a educação a compreender os temas ambientais?

É possível uma conexão verdadeira entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas, e como este diálogo poderia auxiliar para uma visão holística do mundo e do ser humano inserido nele?

A Ciência afirma ser capaz de explicar a realidade. Mesmo que não haja uma única resposta, os cientistas de nossa história, sedentos por dados objetivos, criam metodologias para fundamentar e produzir os mais diversos conhecimentos que salvarão os seres pensantes de uma possível revolta e dominação das outras espécies. Mas a visão antropocêntrica está incorporada nos pensamentos, sentimentos e comportamentos humanos desde as suas primeiras reflexões em sociedade, o que torna difícil fazer com que o ser humano perceba sua real e pequena participação planetária.

Os homens e as mulheres, chamados de seres pensantes, precisam perceber que não são nem donos nem protetores do planeta, porque o fenômeno da vida, como diz Lovelock, está em escala planetária e a evolução diz respeito à Gaia.

Já sabemos da impossibilidade de ocorrer uma verdade absoluta, ou seja, a guerra de ideologias é insana, no entanto, há um planeta absoluto que recebe drasticamente a influência das produções humanas que remetem às alterações climáticas, que por sua vez tornarão impróprio a habitação da espécie humana na biosfera terrestre.

Se somos inquilinos inconseqüentes precisamos de um senhorio que nos mostre regras justas, e esse senhorio já bate a nossa porta a algum tempo, mas nosso medo de mudar os “prazerosos e costumeiros hábitos” nos impede de abrir a mente para refletir que existe algo a mais do que nosso egocêntrico jeito de ser.

Praticamente todos os dias vemos nos noticiários as catástrofes ambientais, os números absurdos. Infelizmente, não cogitam mudanças políticas, econômicas e sociais e assim assistimos a bola de neve da impassividade ser repassada às gerações.

Até quando seremos criados e educados para transformar o mundo e toda a sua rica variedade de detalhes em “saber habitual”, padronizado e enlatado à venda nas prateleiras dos supermercados?

Precisamos perceber que somos seres que compartilhamos um só destino. Precisamos pensar que há outras faces a serem desvendadas, e que o “ponto de vista do planeta Terra” é mais importante que nossa insignificante filosofia humana. Somos uma coletividade de seres e, assim, devemos pensar que para termos liberdade devemos lembrar de “preservar”, para a nossa sobrevivência, o planeta, que não está diante nem da primeira e nem da última espécie que usufrui seu ambiente.

Assim, condicionados e presos ao estilo cientificista de sobreviver, devemos adequar as descobertas para explicitar o que está implícito por detrás dos interesses humanistas vindouros à contemporaneidade. Será que as antigas questões perderam suas forças? Quem somos, de onde viemos e para onde vamos não fazem mais parte da curiosidade humana e a preocupação contemporânea é produzir e consumir o mundo material?

Pelizzoli levanta o debate da ética e pergunta onde está a sensibilidade que nos tornava unidos com o cosmos. A revolução científica sufocou nossa poesia e precisamos resgatá-la para nos compreender melhor.

A filosofia como instrumento primordial dos questionamentos humanos poderia ser o caminho para a não normatização dos sujeitos, e sim para uma real emersão da reflexão praticada em ações diárias e independentes do locus social. Ao passar pelas reflexões da hermenêutica, que postula explicar e compreender o impensado usando como meios a linguagem, podemos vislumbrar um caminho para trabalhar a educação ambiental com os discentes. Para a hermenêutica aquilo que pensamos manifesta-se em palavras que gerarão ações. Assim, para modificarmos nossas ações devemos modificar nossos pensamentos que por sua vez serão despertados pelas palavras.

A hermenêutica diz que o homem constrói sua história pelos símbolos e mitos criados, que ocasionam significações de uma linguagem filosófica. Nos dicionários encontramos a hermenêutica como a interpretação do sentido das palavras, das leis, dos textos, mas a hermenêutica possui um discurso transdisciplinar que também é o discurso ambiental, ambas podem proporcionar ao aluno uma pedagogia que dialogue mais com os sentidos do que com a lógica. Marcos Ferreira dos Santos ao questionar a relação pedagógica na hermenêutica encontra um campo vasto de possibilidades que podem promover uma mudança comportamental visando trabalhar com a diferença que pode ser a base do funcionamento da unidade, quebrando ou atenuando, desta forma, com o paradigma egocêntrico e a cientificidade como o único caminho.

A palavra dita é expressão não apenas verbal como também comportamental. A palavra possui um poder que pode construir ou destruir uma sociedade. A justiça muitas vezes torna-se injusta devido às incorporações, às vezes inconscientes, de palavras. Tornar-se necessário quebrar o ciclo da linguagem opressora e antropocêntrica e a educação ambiental aproxima o discente da informação sensível e real que está por trás dos diferentes tipos de manipulação social.

Segundo Jacobi para ocorrer uma mudança paradigmática, a clareza dos acontecimentos e o estudo contínuo da incerteza de um futuro seguro para os seres humanos, devem estar em primeiro plano.

Desta forma acredito não existir metodologias, receitas ou cartilhas que levarão os educadores a alcançar resultados fundamentalmente ético-socioambientais, já que sua influência é pequena diante da complexidade do educar, que tem um sentido de diversidade, coletividade, e não pode ser encaixado numa identidade igualitária global, tornar-se então necessários reajustes às linguagens, às interpretações dos mitos e dos símbolos para despertar uma reflexão do que significa estar vivenciando a experiência humana.

Apenas aqueles que refletem podem ser atemporais e ao mesmo tempo ambientais, no sentido mais complexo desta palavra e a educação ambiental e a filosofia como instrumento despertador das visões cristalizadas torna-se essencial para compreendermos a realidade em que estamos inseridos.

Pensar em níveis de realidade diferentes traz a possibilidade de agirmos no mundo também de forma distinta e este é o objetivo de uma educação transdisciplinar.

Para o paradigma cientificista os opostos são excludentes, ou somos contínuos, ou somos descontínuos, ou somos únicos, ou somos diversos, ou somos previsíveis, ou somos imprevisíveis e, portanto, estamos limitados a sermos apenas uma coisa.

A idéia é sair de uma visão unilateral para uma visão multilateral, mas sem o fanatismo de achar que a transdisciplinaridade seja o único caminho e a única verdade, pelo contrario, esta proposta sugere a existência mútua de forma rigorosa e coerente de “mais de uma verdade”, pois as combinações de realidades e de percepções da mesma são infinitas.

O conhecimento então evolui em movimento espiral, abrangendo o que já fora estudado e estando aberto para novos caminhos sem nenhuma resistência. O mundo é relativo, não há normatizações e regras fechadas, os acontecimentos dependem das circunstâncias que nem sempre são as esperadas, e por isso devemos desenvolver a capacidade de compreender diferentes níveis de realidade não fechando nossa percepção em um único olhar. Somos sujeitos e objetos com conhecimentos que são ao mesmo tempo externos e internos e temos a capacidade de acessar essa compreensão.

Nicolescu fala que somos sujeitos transdisciplinares por natureza e que a transdisciplinaridade é a transgressão da dualidade: sujeito/ objeto, matéria/ consciência, simplicidade/ complexidade, reducionismo/ holismo, diversidade/ unidade, natureza/ divino.



A visão dual tão impregnada em nossa história atrasou consideravelmente uma evolução social mais equilibrada. Há um fato triste em nossa realidade. O homem é mortífero com seus diferentes, com seus iguais e até mesmo com suas ideologias. A natureza que comporta uma biosfera diversificada e rica começou a sofrer terríveis mutações desse o momento em que um certo animal se tornou “racional”, ela tem se modificado bruscamente, no entanto, a força da natureza continua a mesma desde os inícios dos tempos. Nossa espécie que também sofreu alterações desde o início é que enxerga a natureza de formas diferentes, em tempos diferentes da sua história conforme seus valores vigentes. Nosso imaginário constrói realidades distintas pela direta influência do meio em que vivemos, ou seja, o grau de desenvolvimento da ciência e das técnicas, da organização social, da arte, da religião entre outros fatores conjuntamente nos influenciam para inventarmos diferentes naturezas (percepções de realidades).

Somente um acordo entre um sujeito e um objeto que transcendam, que considerem os diferentes níveis de percepção e diferentes níveis de realidade é que trarão a quebra do paradigma que tanto nos maltrata.

A ciência e o homem caminhando juntos para a abertura de conhecimentos que abranjam também o amor e a tolerância, onde o indivíduo mantenha suas necessidades pessoais e o coletivo possa compartilhar um bem comum. Porque separar as Ciências Naturais das Ciências Humanas, se ambas lidam com a vida? Querer obter com exatidão esta resposta talvez seja ignorar, com ingenuidade, a força do tempo, a dicotomia é um fato, e está tanto no passado como no presente, no entanto estas questões trouxeram algumas sugestões para refletir; Talvez separemos o mundo em certo e errado, em dia e noite, em claro e escuro, em frio e quente, em ciências naturais e humanas para tentarmos compreender melhor cada face do fenômeno. Entender o fenômeno significa controlá-lo, controlar sua natureza e, portanto tudo o que há ao seu redor.

Este pensamento trouxe à espécie humana uma certa idéia (ilusória) de superioridade. Mas este juízo é tão forte que cegou o ser humano e ele não consegue mais perceber sua pequenez diante dos fenômenos e do planeta. A consequência desta ação é uma concepção de superioridade não só para com seus diferentes, mas para com seus iguais, o que leva a uma guerra insana de egos e um estado profundo de individualismo.

Estar submerso em uma contínua concepção de dualidade faz pensarmos não existir mais nenhuma forma de mundo, como a ilusão de “Matrix”, e quebrar com esta cristalização talvez não seja fácil, talvez necessite muito mais que escolhas. A transdisciplinaridade tem um caráter de enxergar o mundo através de uma visão complexa que está presente em todos os campos da vida e em todas as ciências, sejam elas exatas, biológicas ou humanas. Assim, não podemos limitar o conhecimento de uma área, porque as especializações se aprofundam num objeto de estudos e acaba esquecendo todas as possíveis diálogos entre outros campos de conhecimento. Mas esta comunicação é essencial para compreendermos todo o sistema.

A consequência de pensarmos em uma interdependência de saberes, de conhecimentos e realidades faz pensarmos em uma somatória de visões que nos permite compreender o todo e não somente as partes que nos dá uma visão limitada da realidade. Pois, além do dia e da noite há a aurora e o entardecer, além do quente e frio há o morno, além das ciências naturais e as ciências humanas há o planeta Terra.

Portanto, há mais coisas além daquilo que acreditamos e desta forma podemos dizer que é possível sim a quebra do paradigma antropocêntrico, através da formação de uma concepção de comunhão ou de diálogo entre diferentes epistemologias. Neste trabalho foi sugerido pensarmos pelas perspectivas da filosofia, da ecologia e da educação. Trazer uma teoria científica, como por exemplo a Teoria de Gaia aos discentes aparelha-os a compreender o papel do ser humano no planeta, trabalhar com a física quântica é outro meio para compreendermos que existem outras realidades, utilizar-se da hermenêutica é discutir todo o discurso apresentado refletindo se ali há alguma verdade e se é a única verdade que podemos achar diante de uma compreensão de mundo. Pensar tudo isso pelo processo transdisciplinar que permite sairmos do mundo fragmentado para um mundo holístico, onde o sujeito e o objeto são inseparáveis.

A vida como conhecemos ocorre numa escala tão ínfima que podemos dizer que somos um milagre, desta forma devemos lutar para continuar na condição de seres milagrosos, para isso somente uma visão infinita do todo nos fará compreender nossas forças, nossas capacidades, nossas inteligências. Elas não são limitadas, portanto não podemos aceitar uma visão de mundo limitada como a que vivemos há alguns séculos. Falar de ecologia, de filosofia e educação significa falar de seres humanos, portanto podemos dizer que um pensamento hermenêutico é um pensamento transdisciplinar pois está além daquilo que temos e além daquilo que conhecemos o que o torna também é algo milagroso.

Se sabemos que existe no Universo inteiro a mesma substância que há no corpo de um bebê, ou num livro acadêmico então qual a dificuldade de compreendermos que somos tudo uma coisa só? E porque insistimos em ficar apenas com nosso lado racional? Porque não damos valor àquilo que somos de fato? Seres complexos, que amam e que gostam de serem amados. Seres que sabem que um por do sol é muito mais que raios ultravioletas advindo de uma estrela morta. Antes víamos o mundo com um olhar temeroso, não entendíamos os fenômenos que nos cercavam e isto de certa forma nos colocava em posição de submissão ao planeta, depois fomos conseguindo não só entender e classificar os fenômenos como também controlá-los, o que nos fez alimentar uma ilusão estúpida de superioridade ao planeta. Perdemos desta forma o respeito por tudo, pela natureza e por nós mesmos. Temos que modificar o paradigma em que nos encontramos, temos que quebrar com a idéia de que o planeta é um produto para ser consumido, não devemos voltar a ter medo, devemos resgatar o respeito.

Enfim, é preciso quebrar com nosso egocentrismo, é preciso quebrar com o sistema curricular que nos tornou tão fragmentados como um copo em pedaços espalhados no chão de mármore. A educação pode sim ser ajudada pela filosofia para compreender os temas ambientais. Um diálogo transdisciplinar na perspectiva da sustentabilidade de toda raça humana e a todo o planeta.

Para terminar segue algumas perguntas pertinentes que podemos fazer em salas de aula para refletir, ou se preferir, filosofar na perspectiva ecológica:

Se pudermos entender como percebemos o mundo talvez poderemos mudar nossa forma de viver o mundo? Nós percebemos pelos sentidos, pelas emoções, pelo corpo, pela consciência, pela energia ou será por outro meio? O jeito que percebemos o mundo é de uma forma real ou abstrata? A realidade que percebemos é mesmo a “realidade verdadeira” ou eu estamos imaginando e criando uma realidade? Se criamos uma realidade podemos perceber que estamos fazendo isso? E podemos modificar essa situação? Quem diz o que é real? O real é pessoal, é coletivo é oportuno? Vivemos uma realidade criada pelos antepassados? Se a realidade é construída conseguimos perceber que “nascemos fora desta criação” e que fomos moldados para acreditar nesta construção? Conseguimos nos tornar consciente de todo o processo? A consciência existe antes da percepção ou ela só pode existir depois de perceber a realidade? O que percebemos é verdadeiro? Como funciona o fenômeno perceber?

Referência bibliográfica

GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental – A conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

JACOBI, P.R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e pesquisa, v.31,n.2, p.233-250, ago.2005.

JUNIOR, Oswaldo G. Um direito próprio da natureza? Notas sobre ética, direito e tecnologia. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v.14, n4, p. 637-654, abr.2004.

LOVELOCK, James. As eras de Gaia - A biografia da nossa Terra viva. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

NICOLESCU, Bassarab. O manifesto da Transdisciplinaridade. São Paulo: Triom, 1999.

PELIZZOLI, Marcelo L. A emergência do paradigma ecológico. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. A fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Marcos F. Crepusculário. São Paulo: Zouk, 2005.

*Lesly Monteiro Ratinho é pedagoga e pesquisadora em Educação Ambiental pelo Teia - Laboratório de Educação e Ambiente da USP. Contato: www.teia.fe.usp.br

Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Florestais na Bacia do Moxotó/PE

A Rádio como Veículo de Comunicação Ambiental

Edneida Rabêlo Cavalcanti*

A vegetação do bioma caatinga é extremamente diversificada, incluindo, além das caatingas, vários outros ambientes associados, que chama atenção especial pelos exemplos fascinantes de adaptações ao semi-árido. Tal situação pode explicar, parcialmente, a grande diversidade de espécies vegetais, muitas das quais endêmicas ao bioma. Ao contrário do que muitos descrevem, a caatinga não é completamente homogênea, e sim heterogênea, sendo uma região rica em variedades tanto florística quanto faunística. Essa diversidade também pode ser comprovada com os resultados apresentados pela Embrapa, em seu Zoneamento Agroecológico do Nordeste, publicado em 1993, caracterizando o total de 172 unidades geoambientais em 20 unidades de paisagem, bem como 8 tipos e 16 subtipos de sistemas de produção. Desse conjunto, uma boa parte está presente na região semi-árida.

Assim, longe de se caracterizar como um espaço homogêneo, o semi-árido pode ser apresentado como um “grande mosaico”. A grande biodiversidade da caatinga é convenientemente retratada por Eduardo Augusto Geraque, em seu artigo As ricas caatingas da revista Scientific American Brasil (junho de 2004), quando afirma que “ao contrário do mito, a biodiversidade das caatingas é grande em todos os sentidos. Até agora, já foram catalogados sete diferentes padrões de vegetação, 240 espécies de peixe de água doce, 510 de aves e 143 de mamíferos”.

Por outro lado, no semi-árido, o carvão vegetal e a lenha consistem na principal maneira de exploração dos recursos florestais. Isso é resultado da intensa dependência da população sertaneja e dos demais setores da economia no que se refere aos produtos florestais como fonte de energia, além de também serem usados para outros fins, configurando uma constante pressão sobre a cobertura florestal. A obtenção desses produtos florestais, madeireiros e não-madeireiros, tem por finalidade não apenas atender às necessidades das propriedades rurais, mas também o mercado em geral.

A situação ambiental não é boa. Apesar de ainda apresentar em torno de 40 % de cobertura florestal, a ausência de uso sustentável desse recurso, contribui para a séria degradação do mesmo, com repercussões que vão além e rebatem, por exemplo, nos recursos hídricos.

As matas ciliares, pela proximidade com os recursos hídricos, acabam sofrendo uma pressão ainda maior, alvo de interesses bastante conflitantes. Por sua vez, é de extrema importância para o semi-árido, na manutenção da integridade das bacias hidrográficas e para a manutenção da qualidade e da quantidade de água, assim como do próprio ecossistema a preservação das zonas ripárias.

O Bioma Caatinga, principalmente em sua porção semi-árida e árida, há um desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos recursos hídricos, devido, principalmente, ao clima, e potencializado pela má gestão das águas, atrelados a práticas degradantes de uso do solo e das águas. Os rios são intermitentes, as porções cujo substrato é formado pelo cristalino tem pouca capacidade de armazenamento d'água, situação que se altera nas áreas sedimentares, onde a água subterrânea representa um grande potencial, desde que visto sob a ótica da sustentabilidade.

A vinculação entre esses dois componentes do meio ambiente, apresentados como recursos do ponto de vista da produção é inquestionável. Daí a necessidade de uma abordagem sistêmica, que integra ainda outros elementos, quando se trata da gestão integrada de recursos hídricos. Não é apenas a água e sua disponibilidade

que importa, mas sua relação com o ecossistema, às consequências de como, através do modo de vida e de produção se alteram certos ciclos; a relação direta estabelecida entre presença e ausência da cobertura florestal, suas características macro de porte e densidade, com a conservação dos recursos hídricos.

Já existe um conhecimento acumulado sobre vários aspectos dessa questão, e para os municípios de Sertânia, Betânia e Custódia, pertencentes a da Bacia Hidrográfica do Moxotó/PE, área de trabalho do projeto, as informações já chegam ao nível de reflexão sobre diferentes comportamentos das experiências de manejo florestal, comportamento do produtor, impactos econômicos, etc. Um nível de aproximação com a realidade que permite reflexões mais apuradas e também um envolvimento de maior pertinência por parte dos atores sociais envolvidos, propiciando o desenvolvimento de uma proposta de educação e comunicação contextualizadas.

A comunicação entra como um forte instrumento do planejamento e da gestão ambiental, não se restringindo ao direito de acesso à informação, nem à prestação de informação. Visa, sobretudo, o envolvimento e a participação dos indivíduos e grupos na tomada de decisões sobre questões relevantes.

O papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea é um tema de destaque e que tem despertado bastante interesse, principalmente no que diz respeito na sua influência na formação de opinião e sua atuação como elemento de controle social, político, ideológico e cultural. Em sua grande maioria os meios de comunicação são controlados pela elite, mas, ao mesmo tempo, são meios que atingem as massas, atuando como intermediário entre esse público heterogêneo, anônimo e disperso e o mundo.

Ao longo do tempo e, com grande destaque no Século XX, a comunicação de massa tomou um caráter bastante industrial, transformando o produto cultural em mercadoria, com a perspectiva básica de obtenção do lucro; nesse sentido o consumidor passa a se constituir num objeto dessa indústria, alvo do seu poder em moldar comportamentos e manipular a opinião pública. Contudo, tal influência se dá relacionada em um contexto mais amplo, no qual a dinâmica social de organização e controle exerce também influência.

Segundo Ramos (1995, p. 14), “o domínio da informação está diretamente ligado ao poder de interferir e reorientar as relações humanas e da sociedade com a natureza”. É a partir dos meios de comunicação que a humanidade toma conhecimento de vários temas e problemas ambientais e rediscute suas práticas de intervenção na natureza. Sem dúvida, a capacidade de leitura crítica das informações depende do grau de organização da sociedade, mas é possível concordar que propostas de programas estruturadas em formatos mais críticos, contando com a participação dos grupos sociais no processo de comunicação, também podem contribuir para a formação de opinião.

Nessa perspectiva, se insere o tema da democratização dos meios de comunicação, que surge no mesmo processo de luta pela democratização do país, discutindo questões relativas as concessões e também quanto a alternativas de difusão. É aí que se insere e intensifica-se a partir de 1996 a atuação das TVs e Rádios Comunitárias, muitas delas, sendo organizadas por grupos com a intenção de lutar e garantir o acesso aos meios de comunicação e, principalmente, possibilitar o aprendizado de linguagem midiática, para que as pessoas pudessem expor o seu próprio ponto de vista, seus ideais e os seus valores culturais. Além disso, surgem iniciativas que buscam preparar os grupos sociais para a análise crítica dos meios de comunicação, procurando, através da compreensão sobre a produção desses meios, suas linguagens e percepção do contexto social e ideológico, seguir na direção da desneutralização da mídia.

Quando se fala em temas ambientais específicos, como é o caso da Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Vegetais, com suas peculiaridades regionais e locais, e suas articulações com aspectos globais, torna-se ainda mais necessário o uso dos meios de comunicação como veículo de divulgação de informações, mas sobretudo como vetor para a construção contextualizada dessas informações e a apropriação do como construí-las, fazendo com que os atores sociais locais exerçam o papel de produtores da informação.

Para isso, torna-se necessário considerar o sentido que se dá ao se ter acesso aos meios de comunicação e considerar que ele é tão mais consistente, quando os atores envolvidos que estão preparados tanto nos conteúdos que serão foco da produção como nas técnicas de como tratá-los no veículo de comunicação escolhido. Nesse sentido, a gestão do processo de comunicação ora proposto vai no sentido da co-participação, ou seja, a integração de todos os participantes, em seus diversos níveis, em torno de determinados objetivos e metas comuns.

Contudo, é a partir da compreensão do conceito de cidadania que melhor se insere o papel da rádio na divulgação e discussão dos temas específicos, pois poderá vir a ser um elemento importante para a construção de mecanismos de autonomia. A cidadania, de acordo com Demo (1995, p.2), pode ser entendida como:

“competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletiva organizada. Para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação. Destacando-se acima de tudo, o processo emancipatório. Este se funda, de partida, na capacidade crítica, para com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo. (...) Não-cidadão é, sobretudo que, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro sem dela participar”.

Nesse sentido, é necessário destacar a compreensão de que as intervenções feitas na natureza são fruto do trabalho humano estruturado em suas relações sociais e que muitos dos modos de vida que levam a degradação ambiental só podem ser compreendidos e alterados a partir de reflexões que levem em conta a história ambiental dos lugares.

O trabalho foi estruturado a partir da perspectiva da educação ambiental, que implica na busca de mudança de atitudes, comportamentos, hábitos e valores. Por sua vez articula a realidade local/regional com a dinâmica global, estabelecendo um elo de retorno para que seja possível perceber as inter-relações existentes.

A base do trabalho foi o conjunto das informações e conhecimentos existentes sobre a temática socioambiental da região mais diretamente relacionados com a gestão integrada de recursos hídricos e vegetais, com destaque para os estudos realizados diretamente na área de atuação do projeto, assim como a inserção dos conhecimentos relativos ao uso da rádio, tanto no saber fazer, como, a partir disso, percebendo a estrutura, escolha de temas, vinhetas, dados, etc., também estabelecer uma abordagem crítica sobre os veículos de comunicação (rádio) e contribuir para o empoderamento dos atores envolvidos em relação ao mesmo.

As atividades foram desenvolvidas a partir da realização de oficinas com os atores selecionados a partir do processo de mobilização, contando com agricultores que estão diretamente envolvidos no projeto, representantes de outros setores da sociedade civil, gestores públicos de secretarias com correlação mais direta com o projeto, etc., que também participaram da construção dos próprios programas. A proposta foi a de formar um grupo onde esteja contemplada a equidade de gênero assim como o espaço para participação de diferentes gerações.

Além disso, o projeto buscou estabelecer sinergias com ações já desenvolvidas na região, a exemplo do Programa Pernambuco na Luta Contra a Desertificação, o P1MC, dentre outros, e também articular com iniciativas em curso, onde existam atividades semelhantes, pontos metodológicos em comum, etc.

Três características fundamentais para a afirmação dessas experiências radiofônicas estão ligadas a fatores culturais da formação brasileira, o primeiro à forte tradição oral herdada dos povos formadores da identidade cultural do país (ainda mais forte no interior do Brasil), as distâncias territoriais que fazem do veículo um elemento unificador das comunidades “isoladas”, e os altos índices de analfabetismo, que fazem com que a difusão radiofônica possua uma forte penetração junto as populações não-letradas, a urgência na implantação de núcleos de comunicação comunitária justifica-se justamente pelo preenchimento desta lacuna (a questão da falta de políticas eficazes de educação), pela instauração de uma nova pedagogia; a rádio comunitária não funciona como substitutiva dos tradicionais espaços pedagógicos, serve como mais um espaço educativo-pedagógico.

Percebemos como a inserção de uma rádio comunitária ou de programas de rádio voltados para a Educação, produzidos pela própria comunidade, podem trabalhar no campo da construção da subjetividade coletiva e individual dos envolvidos, a rádio seria a voz de unidade coletiva, legitimada pelo discurso da gente que a produz, em torno de uma ou várias causas coletivas.

Na comunicação popular os setores sociais marginalizados e as minorias se auto-reconhecem como protagonistas, descobrindo suas capacidades e aptidões, desenvolvendo redes de comunicação, utilizando seus próprios recursos e instrumentos incorporados pela tecnologia do rádio, elaborando em decorrência disso, um projeto de ação comunitária, pautado nas necessidades de moradia, transporte, escolas, novos empregos, ou objetivos mais específicos como é o caso do projeto de sensibilização e conscientização ecológicas, que venham melhorar a qualidade de vida da comunidade da Bacia do Moxotó.

É no processo de produção que os indivíduos procuram conquistar espaços, conteúdo crítico, reelaboração de valores e formação de identidades e mentalidade, de serviços de interesse público visando à conquista plena da cidadania.

Produtos

Foram vários ao longo das oficinas. O fechamento das atividades culminou com a produção de programas de rádio sobre as temáticas selecionadas pelo grupo e a produção de um livreto de apoio, com conteúdos ampliados sobre os mesmos temas, sugestões de sites e bibliografia, etc.

Os programas foram veiculados nas rádios locais, estão disponibilizados nas páginas web das instituições parceiras e têm o caráter de material de suporte para reedição e dinamização de diversos ecossistemas educativos.

Desdobramentos

Com o término da pesquisa a qual essa atividade esteve ligada, as perspectivas de encontros presenciais e acompanhamento direto das atividades ficou relativamente comprometida. Foi possível fazer uma reunião de lançamento, avaliação e perspectivas de continuidade do trabalho na qual foi identificada uma série de desdobramentos interessantes: projeto encaminhado pela Escola Agrícola de Sertânea ao MEC para montagem de uma rádio na escola; programa conjunto da Secretaria de Educação e da Secretaria de Saúde do Município de Custódia na rádio comunitária local; iniciativas de repasse da capacitação em assentamentos rurais acompanhados pela Associação Plantas do Nordeste no Município de Serra Talhada; inserção dos programas elaborados na programação da rádio comunitária de Ibimirim e elaboração de novos programas sobre as temáticas selecionadas, etc.

O material produzido (programas de rádio e livreto) pode ser acessado pelo site

www.fundaj.gov.br, procurar por Pesquisa, NESA e acionar publicações.

Referência bibliográfica

- ANDRADE-LIMA, Dárdano. Um pouco de ecologia para o Nordeste. 3. ed. Recife: Bagaço, 2003.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. 3. ed. Brasília: MMA, 2005.
- CASCINO, Fábio. Educação ambiental: princípios, história e formação de professores. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- DIAS, Genebaldo Freire. Educação e gestão ambiental. São Paulo: Gaia, 2006.
- _____. Educação ambiental: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar; SILVA, Hélio (Orgs.). Desafios da comunicação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais. Campinas, SP: Parirus, 2004.
- KINDEL, Eunice Aita Isaia; SILVA, Fabiano Webwe da Silva; SAMARCO, Yanina Micaela (orgs.) Educação ambiental: vários olhares e várias práticas. Belo Horizonte: Mediação, 2004.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (orgs.). Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- MEDINA, Nana Minini; SANTOS, Elizabeth da Conceição. Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 1999.

QUINTAS, José Silva (org.). Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2. ed. Revisada e ampliada. Brasília: Ibama, 2002.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. Meio ambiente e meios de comunicação. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

RIBEIRO, Helena. Comunicação como instrumento de planejamento e gestão ambientais. In: VARGAS, Heliana Comin; RIBEIRO, Helena (orgs.). Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: Edusp, 2001.

* Edneida Rabêlo Cavalcanti é doutoranda em Engenharia Civil pela UFPE, na área de concentração em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos. Fez mestrado em Geografia, também pela UFPE, defendido com o tema: “Assentamento Rural e Meio Ambiente: O Caso do Engenho Pitanga II - PE”. É atual coordenadora do MBA em Planejamento e Gestão Ambiental, promovido pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco. Também atua como professora da disciplina de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Mestrado de Tecnologia e Meio Ambiente do Instituto Tecnológico de Pernambuco e é pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco desde 1990.



Salas Verdes e a preocupação com o Ambiente no Campo

Sala Verde Darcy Ribeiro

Valéria Marques de Mendonça Braga*

A Sala Verde “Darcy Ribeiro”, do município de Araraquara, em parceria com a Associação das Revendas de Insumos Agrícolas de Araraquara e Região – A.R.I.A.R. e o Instituto Nacional Processamento de Embalagens Vazias – Inpev, participam, desde o ano de 2006, do Dia Nacional do Campo Limpo.

O Dia Nacional do Campo Limpo, que a partir desse ano faz parte do calendário oficial brasileiro, é comemorado na dia 18 de agosto e envolve a participação de toda a comunidade, na cidade e no campo. O reconhecimento da importância desta data representa a continuidade e a ampliação das ações de educação ambiental voltadas para a conservação do meio ambiente.

Os eventos realizados em todo o país reuniram mais de 40.000 pessoas, entre centrais de recolhimento de embalagens vazias, professores, alunos e comunidade. A comemoração do Dia Nacional do Campo Limpo tem uma programação bem diversificada com a visita nas centrais de recolhimento, gincanas e brincadeiras para as crianças e a participação no Concurso de Desenho e Redação, envolvendo toda a comunidade escolar.

A Sala Verde “Darcy Ribeiro” assumiu o compromisso, juntamente com a Central de Recolhimento de embalagens Vazias de Araraquara e região, de envolver as escolas municipais, principalmente as escolas do campo, no debate sobre a destinação final das embalagens de defensivos agrícolas utilizados na produção agrícola desenvolvida na região, pelos pequenos e médios agricultores.

Como a Lei Federal nº 9.974, de junho de 2000, disciplina a destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos determinando responsabilidades para o agricultor, o revendedor e o fabricante, a participação do agricultor nesse processo é muito importante, porque na utilização desses defensivos agrícolas deve ser feita a tripla lavagem das embalagens antes da devolução.

Como a participação das pessoas vai além da informação e exige um trabalho de educação ambiental com respeito ao trabalhador rural e ao ambiente no campo, a parceria apresentou uma proposta educativa envolvendo seis escolas da área urbana, que recebem alunos da área rural, e três escolas do campo, localizadas em áreas de assentamentos rurais.

O objetivo do trabalho é o debate sobre a importância da preservação do campo limpo, a produção agrícola sustentável e o reconhecimento do papel de cada um nesse processo de participação ambiental.

Foram trabalhados os seguintes temas: preservação dos recursos naturais; poluição da água e do solo; devolução das embalagens vazias de defensivos agrícolas; uso de equipamentos de proteção individual; a importância da tripla lavagem; participação e responsabilidade socioambiental.

Como a temática faz parte da realidade das crianças e dos jovens que moram na área rural, conseguimos também o envolvimento da comunidade na distribuição de cartazes e nas palestras realizadas nas escolas. Pais e alunos apresentaram suas dúvidas e sugestões, contribuindo com o processo de recolhimento das embalagens.

Este trabalho é realizado em quatro etapas:

- Curso de capacitação dos professores sobre a problemática das embalagens vazias de defensivos agrícolas e a poluição do ambiente.
- Palestra com a comunidade escolar.

- Participação dos alunos no Concurso de Desenho e Redação.
- Comemoração do Dia Nacional do Campo.

As crianças e os jovens das escolas participantes usaram a criatividade para expressar suas idéias e opiniões sobre a preservação do ambiente no campo. Os desenhos e redações selecionados são premiados nas etapas dos concursos locais e depois participam do concurso nacional.

No Dia Nacional do Campo Limpo celebramos mais uma vitória do comprometimento das pessoas com o meio ambiente.

* Valéria Marques de Mendonça Braga é pedagoga, especialista em Educação Ambiental, e coordenadora da Sala Verde “Darcy Ribeiro”, da Secretaria Municipal de Educação de Araraquara.

Sala Verde Parque dos Sabiás

Boaventura Charles Leão de Moura¹, Cinthya Regina Persike², Simone Defreyn³

A Sala Verde Parque dos Sabiás iniciou suas atividades em 2007, promovendo várias ações e projetos de Educação Ambiental, cumprindo importante papel na localidade onde se encontra.

Está localizada no Parque Ambiental dos Sabiás, no município de São José, pertencente à grande Florianópolis. Neste espaço encontra-se a Escola do Meio Ambiente que desenvolve atividades de Educação Ambiental, atendendo instituições de ensino, ONGs, empresas, bem como a comunidade em geral.

A implantação da Sala Verde ampliou a capacidade das ações e projetos desenvolvidos em nossa instituição, oportunizando aos cidadãos josefenses o acesso às informações de caráter ambiental, através do material técnico/educativo disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Através da parceria com a Fundação Municipal do Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação foram promovidas diversas atividades e eventos educacionais entre eles, oficinas educativas com o uso de plantas medicinais, oficinas com tintas naturais, sensibilização da comunidade por meio da distribuição de mudas de árvores nativas para arborização e ajardinamento dos espaços existentes em nosso município, palestras abordando diversas questões ambientais bem como atividades em diversos bairros estimulando a formação de multiplicadores de ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos josefenses.

Durante a Semana do Meio Ambiente 2008, a Sala Verde Parque dos Sabiás e a Escola Municipal do Meio Ambiente realizaram o Concurso de Desenho e Poesia Arte da Natureza que contou com a participação dos alunos do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José. Na ocasião, a Fundação Municipal do Meio Ambiente fez a entrega de diversos equipamentos entre eles, um equipamento multimídia, câmera fotográfica digital e note book que irão auxiliar a Equipe da Sala Verde Parque dos Sabiás no desenvolvimento de seus projetos.

Nosso objetivo é estabelecer novas parcerias envolvendo diferentes segmentos da nossa sociedade neste importante espaço social, cultural e ambiental disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Contato: Sala Verde Parque dos Sabiás
Endereço: Caixa Postal 20421
ACF Kobrasol - São José -SC
CEP: 88102-970
Telefone/DDD: (48)3247-3330
E-mail: parquedossabias@yahoo.com.br

1 - Boaventura Charles Leão de Moura é Representante Legal da Sala Verde Parque dos Sabiás.

2 - Cinthya Regina Persike é graduada em Pedagogia - Séries Iniciais do Ensino Fundamental - UDESC, educadora ambiental na Escola do Meio Ambiente desde 2004 e Coordenadora da Sala Verde Parque dos Sabiás.

3 - Simone Defreyn é graduada em Ciências Biológicas – UFSC e especializada em Metodologia do Ensino e Pesquisa em Biologia – São Paulo. É educadora ambiental na Escola do Meio Ambiente desde 2001 e coordenadora da Sala Verde Parque dos Sabiás.



Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente “Mudanças Ambientais Globais”

Debater sobre as principais questões ambientais do nosso País não é só coisa de gente grande. Crianças e adolescentes também podem contribuir para a construção de uma sociedade mais sustentável ao participar do processo da Conferência Nacional Infanto-Juvenil Pelo Meio Ambiente (CNIJMA).

Realizada desde 2003 pelo o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, composto pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC), a Conferência Infanto-Juvenil é um marco na construção das políticas públicas de meio ambiente no Brasil.

A primeira edição, envolveu 16 mil escolas de todo o país, mobilizando quase seis milhões de pessoas em 4.067 municípios. O processo desencadeou o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, que trabalhou na formação de professores e estudantes das escolas participantes da I Conferência.

Em 2005 e 2006, o processo da II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente chegou a 11.475 escolas públicas e privadas, urbanas e rurais de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. Com uma ação afirmativa, a CNIJMA também foi levada à comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e em grupos de meninos e meninas em situação de rua sem acesso às escolas de 5 a 8ª séries. Ao todo 3.801.055 participantes discutiram o tema “Vamos Cuidar do Brasil”.

A III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente “Mudanças Ambientais Globais” será realizada de 3 a 8 de abril de 2009, em Brasília.

Tema - Mudanças Ambientais Globais (A temática será debatida, em subtemas referentes aos quatro elementos básicos - água, fogo, terra e ar - numa perspectiva sistêmica e integrada com abordagem inter e transdisciplinar das ciências, história, geografia e linguagens).

Maiores informações sobre a Conferência Infanto-Juvenil podem ser adquiridas por meio do endereço eletrônico: cnma@mma.gov.br



Projeto de Educação Ambiental na CPLP a importância da comunicação entre parceiros

Cláudia Martins*

O Sistema das Nações Unidas definiu o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Inúmeros encontros nacionais e internacionais estão apontando demandas diversas de EA e cada vez mais os protagonistas das Convenções Internacionais no campo ambiental constatarem e declaram que não há como viabilizar as mudanças com a radicalidade que o momento exige, sem a mobilização, participação e educação de todas as sociedades (SORRENTINO, 2006, p. 54).

Esta declaração, já significativa em 2006, permanece inspiradora no Projeto de EA na CPLP, coordenado por Angola, Brasil e Portugal, e executado a partir do Departamento de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

No decorrer da sua execução, tem sido perceptível a evolução em um de seus eixos centrais do Projeto: a comunicação.

É possível comparar o conjunto dos oito países que têm o português como língua oficial a uma rede. WWF (2004) define 'rede' como "uma arquitetura plástica, não-linear, aberta, descentralizada, plural, dinâmica, horizontal e capaz de auto-regulação. (...) forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade (...)" (p. 73). Traduzindo-se 'ordem' como "o processo de ordenar um conjunto de elementos em razão de um objetivo ou finalidade", "produzida por uma dinâmica de auto-ajuste recíproco entre cada um dos elementos que compõem a rede, em função de laços de realimentação" (CAPRA, 2001), ela [a ordem] "emerge das relações entre os elementos", sendo "uma co-produção de todos" (WWF, 2004, p. 74).

Esta rede, composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, exhibe princípios tais como a participação voluntária "(pessoas ou organizações) participam da rede quando querem e porque assim o desejam. (...) decidem compartilhar do projeto coletivo de rede porque acreditam e investem nele", WWF, 2004, p. 75); autonomia, resultando as normas de "pactos e consensos estabelecidos por todos"; diversidade; isonomia, ou seja, "todos são iguais politicamente, isto é, todos têm direito ao mesmo tratamento e compartilham os mesmos direitos e deveres" (p. 79); insubordinação, exigindo que se "exercite um jeito de trabalhar amplamente baseado em cooperação e decisão compartilhada" (p. 81); desconcentração de poder ("a morfologia da rede evidencia a impossibilidade de se definir um centro para a teia das conexões", p. 82); e multiliderança, na medida em que os integrantes da rede são pares entre si, convergindo todo o poder da rede para cada nó, conforme as circunstâncias e o momento. Integrantes da rede incluem não só os atuantes a nível governamental ou ministerial, mas também todos aqueles que desenvolvem seu trabalho na sociedade civil. Isso sugere que se comece a desmistificar a idéia de a educação ambiental ser exclusividade de profissionais e só especialistas poderem receber formação em educação ambiental, quando, na verdade, todas as pessoas, cotidianamente, podem exercê-la.

A comunicação, de todos com todos, é o "insumo necessário para a organização dessa rede" (WWF, 2004, p. 86). Por causa da diversidade dos integrantes do grupo e da sua dispersão espacial, a comunicação precisa ser permanente, a fim de que o conjunto seja orgânico e aconteça "troca de fluxos formadores e reguladores, na qual uns vão construindo, moldando, alterando impressões, idéias, visões de mundo, valores e projetos dos outros e vice-versa" (p. 86). Deduz-se daqui "um bom indicador da qualidade dos processos na rede: quando a informação flui, há uma operação plena na rede; quando a informação pára, é concentrada ou represada, há um processo de concentração ou desconexão em curso" (p. 119).

Desta forma, neste último trimestre de 2008, cabe comunicar o que vem acontecendo em alguns desses pontos, voluntariamente articulados nesta rede internacional que promove o diálogo e a cooperação internacional voltada ao aprimoramento das políticas públicas ambientais.

Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau, com uma área de 36.125 km², entre território continental e 88 ilhas, organizada em oito regiões mais a capital, Bissau, com uma população total de 1,5 milhões de habitantes, pertencentes a 20 etnias, onde as principais línguas faladas depois do português são fula e mandinga, é um dos países da CPLP com desempenho econômico mais crítico, conjugado a uma diversidade socioambiental e cultural riquíssima, uma estabilidade política ainda em construção, e uma forte dependência dos setores produtivos primários, como a agricultura e a pesca (cerca de 62% do PIB). Das 65 reservas da biosfera dos 29 países do continente africano que detêm estes ecossistemas terrestres (ou costeiros) que procuram conciliar a conservação da biodiversidade com o seu uso sustentável, propostos e reconhecidos pelos países membros da UNESCO, a Guiné-Bissau tem em seu território o Arquipélago dos Bijagós, sujeito a sobrepesca, exploração petrolífera offshore e plantação de culturas comerciais em detrimento de culturas tradicionais, causando impactos socioambientais consideráveis (ALVES, 2006).

Matilde Conceição Gomes, do Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, relatou os avanços que o país tem feito nos últimos anos, apesar dos escassos meios com que se depara, em termos de logística e comunicação com potenciais parceiros. A parceria entre o Ministério e algumas ONG's nacionais e internacionais, com vocação ambiental, resultou na execução de um programa de educação ambiental, no contexto do qual foram criadas várias infra-estruturas. Entre elas se incluem cinco Escolas de Verificação Ambiental (EVA), com o objetivo de permitir às crianças estudar, analisar e compreender os fenômenos ambientais que acontecem no país e no mundo inteiro; uma Casa do Ambiente em todas as Áreas Protegidas com o objetivo de dinamizar a componente Educação Ambiental, em cada uma das quais existe um espaço para organização de palestras, seminários e formações sobre os temas da atualidade no âmbito de conservação dos recursos; Rádios Comunitárias com o objetivo de divulgar os trabalhos realizados nas Áreas Protegidas, difusão das palestras, entrevistas com os parceiros, anciãos, e outros, se organizando a propósito também teatros, animações culturais e outras atividades como meios de fazer a sensibilização ambiental, especialmente nas datas comemorativas do ambiente.

Tem havido produção de materiais pedagógicos gerais de sensibilização para crianças e adultos, nomeadamente pelas ONG's Palmeirinha e Tiniguena, e materiais pedagógicos temáticos pela Direção-Geral do Ambiente, no formato de cartazes, desdobráveis e livros.

No âmbito do 'Projeto de EA na CPLP' foi criada uma Sala Verde/Centro de Educação Ambiental, estando em curso a criação de uma outra, a da sociedade civil organizada, nas instalações da ONG Ação para o Desenvolvimento.

Moçambique

Em 2005, o Ministério da Coordenação para a Ação Ambiental (MICOA), elaborou um relatório subordinado à vulnerabilidade do país às mudanças climáticas e possíveis estratégias de adaptação.

"Moçambique é historicamente o país mais afectado pelos desastres naturais na África Austral. De acordo com os dados do relatório mundial sobre os desastres, mais de oito milhões de moçambicanos foram afetados pelas calamidades naturais nos últimos 20 anos, nomeadamente nas décadas de 1980 e 1990. De acordo com a base global de dados sobre os desastres, Moçambique registou um total de 53 calamidades nos últimos 45 anos, ou seja, 1,17 em média, por ano.

As cheias de 2000, associadas a uma onda de ciclones, tiveram um impacto ímpar na vida das populações e do país. O impacto combinado das cheias e dos ciclones nesse período foi estimado em 600 milhões de USD. As calamidades desalojaram mais de 500.000 pessoas e destruíram infra-estruturas vitais, causando um grande impacto negativo na economia nacional.

Pelo menos 70% dos desastres naturais que ocorrem no mundo estão diretamente associados às condições meteorológicas. De acordo com previsões oficiais, mudanças climáticas

contínuas resultarão num aumento da frequência dessas situações. Num ambiente de aumento de variações climáticas, Moçambique poderá esperar secas, cheias e ciclones mais intensos” (MICOA, 2005, p. 6, 7).

Entre as estratégias de ações intersectoriais, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, apontou a,

“Elaboração de planos setoriais por tipo de evento climático, nomeadamente plano de secas, ciclones, epidemias, queimadas e acidentes industriais;

Formação e educação cívica das populações sobre as principais ameaças de eventos climáticos extremos e calamidades e as respectivas medidas de prevenção;

Capacitação institucional com pessoal técnico e meios materiais e equipamento adequado a prevenção e salvamento em caso de calamidade;

Criação de reservas financeiras e materiais considerando as zonas mais propensas a ocorrência de eventos climáticos e calamidades;

Integração sectorial das ações de prevenção e nos programas de desenvolvimento” (MICOA, 2005, p. 56).

É verdade que Moçambique não tem ainda uma política definida sobre a mitigação de impacto de mudanças climáticas. Contudo, existe uma crescente consciência da necessidade da importância de mitigação e adoção de estratégias para o efeito. Um realce que cabe é a parceria entre o governo de Moçambique e a sociedade civil, em ações de planificação, na mitigação com vista a aliviar os seus efeitos.

De uma forma adequada ao seu contexto socioambiental, o MICOA tem promovido a educação ambiental em suas agendas regionais, para atender ao desajuste entre uso dos recursos naturais, saneamento do meio e consciência ambiental. Por exemplo,

(...) desde o passado dia 20 de Outubro corrente, [decorreu um curso] com objetivo de formar novos comunicadores [em matéria de EA], como também trocar experiências que possam melhorar as abordagens na comunicação dos técnicos com as comunidades. Depois do curso de formação de educadores ambientais que durante uma semana juntou profissionais da área em Maputo, chegou a vez de os representantes das redes nacionais de educação ambiental na região da SADC, se encontrarem para análise do que estão a fazer e dos resultados relativos a educação ambiental de cada país. [A perspectiva é que] a realização desta reunião magna no país, sirva para fortalecer o sector da Educação Ambiental, em todas as vertentes de abordagem, seja institucional ou comunitária, numa altura em que Moçambique prepara o seu Plano Estratégico de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental (PECODA) (MICOA, 2008, p. 1).

A República de Moçambique, através de sua Direção Nacional de Promoção Ambiental, participa no ‘Projeto de EA na CPLP’, ao mesmo tempo em que firmou, em 2007, um Protocolo Complementar ao Acordo Geral de Cooperação com o Brasil para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Moçambique”.

Tem investido recursos na divulgação de suas ações e intenções na temática da educação ambiental, desenvolvendo e publicando um Boletim Informativo mensal, que dialoga com o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente do Brasil, através do email institucional ‘educambiental’.

Príncipe

A ilha do Príncipe, situada no Golfo da Guiné, faz parte da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e distancia-se de São Tomé em 150 km. Tem uma superfície de 142 km² que incluem três Ilhéus e duas pedras Gigantes: ilhéu Bom-Bom, ao Norte; ilhéu Boné de Jóquei, ao Sul, com plantas endêmicas; o ilhéu Roque, onde se pode encontrar o marco da descoberta colocado pelos Portugueses no ano de 1471; e as Pedras Tinhosas, ao Sul da ilha, onde se podem encontrar algumas aves, sobretudo espécies endêmicas.

As florestas da ilha do Príncipe fazem parte da grande Floresta da Bacia do Congo, floresta bastante densa e virgem, com várias espécies endêmicas. Está em curso no país um projeto cujo objectivo consiste em proteger a Zona do Parque Natural. Os rios do Príncipe têm um carácter radial, nascendo nas zonas montanhosas da ilha e correndo em direção ao mar. O mais importante é o Rio Papagaio que atravessa a Cidade de Santo Antônio e desagua no Oceano Atlântico. A costa da ilha é formada por pequenas praias de areias brancas, com águas ricas em recursos haliêuticos.

Osório Lima Prazeres, ponto focal da educação ambiental na Direção Geral do Ambiente do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, apontou vários problemas ambientais vivenciados na ilha, nomeadamente a deflorestação devido ao corte irracional de madeiras para construção civil, o saneamento básico do meio associado a falta de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, e a falta de tratamento das águas residuais.

O Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais têm algumas iniciativas em curso, com vista a solucionar os problemas ambientais identificados. Entre estas medidas podem salientar-se os preparativos para implementação de um conjunto de Leis Ambientais já aprovadas e publicadas onde se destacam (1) Lei de Base do Ambiente, que cria o quadro jurídico/legal da gestão do ambiente na República Democrática de S. Tomé e Príncipe (RDSTP), que se reveste de capital importância por ser nela que se definem as bases da política de ambiente para o desenvolvimento sustentável e estabelece os princípios que orientam a RDSTP, no quadro da Constituição Política e Declaração do Rio de Janeiro, sobre Ambiente e Desenvolvimento; (2) Lei da Conservação da Fauna e Flora e Áreas Protegidas, que adopta o quadro jurídico-legal da conservação e proteção da fauna e flora e das áreas protegidas no território da RDSTP, ocupando um lugar de destaque no direito positivo são-tomense, já que visa essencialmente, a conservação das espécies vegetais e da diversidade biológica, a ser entendida como um conjunto de medidas técnico-legais que permitem o desenvolvimento natural do estado genético das populações animais, vegetais e comunidade biótica, enquanto património nacional e da humanidade, bem assim, a sua utilização social e económica durável; (3) Lei de Florestas, que cria o regime jurídico das florestas de S. Tomé e Príncipe, cuja importância reside no facto de permitir organizar a Administração Florestal do País, dotando-a de mecanismos de controlo, fiscalização do processo de produção, exploração, transporte e consumo de madeira para diversas finalidades, prevenindo, por sua vez, a ação devastadora dos que utilizam de forma irracional os recursos florestais; e, (4) Lei de Pescas e Recursos Haliêuticos, que procede a definição dos princípios gerais da política de conservação, exploração e gestão dos recursos haliêuticos e ambiente aquático sob a soberania e jurisdição de S. Tomé e Príncipe.

Além destas leis, regem ainda (1) o Decreto sobre a Extração de Inertes nas Zonas Costeiras e Rios, que concorre na definição das condições objectivas e permitidas, à extração de inertes em todas as zonas costeiras e rios da RDSTP, aplicável à todos quantos exercem atividades de extração de areias, calcários, recifes e calhaus nessas zonas; (2) o Decreto relativo à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, diploma que representa o meio de prossecução de uma estratégia que tenha em vista incentivar a menor produção de resíduos sólidos, o desenvolvimento de processos tecnológicos que permitam a sua reciclagem, a eliminação dos não reciclados em condições de máximo aproveitamento do seu potencial energético e outros, por um lado e de adequada proteção do ambiente, por outro lado; o (3) Regulamento sobre o processo de Avaliação do Impacto Ambiental, que constitui uma inovação total na ordem jurídica são-tomense ao introduzir nela de forma clara e inequívoca novos conceitos e regulando uma matéria até então quase desconhecida; e, (4) a Lei do Parque Obô de S. Tomé e Lei do Parque Obô do Príncipe, materializadas nas Lei Nº 6/2006, que cria o Parque Natural Obô na ilha de S. Tomé e a Lei Nº 7/2006, que cria o Parque Natural Obô na ilha do Príncipe, estabelecendo as suas fronteiras e as normas que devem reger a sua gestão.

Considerações finais

Os exemplos aqui trazidos retratam a importância das relações estabelecidas e mantidas entre países que partilham a mesma língua e visão de democracia, com um histórico de colonização e socioeconómico comuns, em muitos momentos nada pacíficos.

Quando se vê o caso da Guiné-Bissau é possível reflectir sobre (1) nivelamento dos conceitos de educação ambiental trabalhados, e, (2) materiais e métodos em EA. É um dos itens centrais do 'Projeto de EA na CPLP', onde se reúnem oito países, oito realidades distintas, em torno de um objetivo comum, e onde nem sempre a linguagem utilizada intra e inter-países é consensualmente entendida. Veja-se o uso corrente da palavra 'sensibilização'. "Informação é tão somente um meio ao serviço de um objetivo: a comunicação que favorece o

conhecimento, o qual, por sua vez, é condição [obrigatória] para a ação, ou seja, para o próprio desenvolvimento” (TORRES, 2002, p. 3). Num estágio mais avançado,

A sensibilização ambiental pretende atingir uma predisposição da população para uma mudança de atitudes. No entanto, esta mudança de atitudes só se pode verificar se a população for educada, ou seja, se depois de sensibilizada lhe forem apresentados os meios da mudança que levem a uma atitude mais correta para com o ambiente (AZEVEDO, s.d.).

Em vários países sensibilização é confundida com educação ambiental. Mas a sensibilização, só por si, não leva a mudanças duradouras, pode servir apenas como preparativa das ações da educação ambiental, essa sim, transformadora dos sujeitos e da realidade.

Michéle Sato resumiu tudo isso de uma forma bem mais simples, ao afirmar que todas as pessoas têm voz, só nem todas têm audiência, e que é a educação dialógica de Paulo Freire que nos dá o sentido e a lógica da consciência ambiental, sendo certo que cada cidadão não deve querer conscientizar ninguém, a partir de diretrizes sociais generalistas e imutáveis.

Essa premissa é subjacente ao Projeto referido.

Quanto a materiais didático-pedagógicos, expressão usada recorrentemente em contextos de educação, podendo incluir categorias diversas e nem sempre de definição pacífica, o que lhes confere a liberdade de poder ser qualquer coisa. Por exemplo,

Lorenzato (2006, p. 18) utiliza o termo Material Didático quando se refere aos materiais concretos, considerando “qualquer instrumento útil ao processo de ensino-aprendizagem”. Reys (apud MATOS & SERRAZINA, 1996, p. 193) prefere o termo Materiais Manipuláveis, sendo “objetos ou coisas que o aluno é capaz de sentir, tocar, manipular e movimentar. Podem ser objetos reais que têm aplicação no dia-a-dia ou podem ser objetos que são usados para representar uma idéia”. Para Bezerra (1962, p. 8), o Material Didático é “todo e qualquer acessório usado pelo professor para realizar a aprendizagem. São, pois, materiais didáticos, o quadro negro, o giz, o apagador, os livros, instrumentos, os aparelhos e todo meio áudio-visual usado pelo professor ou pelo aluno, durante a aprendizagem”. [Aqui o autor] utiliza o termo Material Concreto e os define como sendo “qualquer objeto manipulável, utilizado, em sala de aula para auxiliar o ensino (professores) e aprendizagem (alunos), por meio de experiências, tendo papel de auxiliares na construção/ reconstrução de conceitos, intermediando, por meio da manipulação e análise, as teorias e as práticas sociais”. Berman (apud Freitas, 2004, p. 46) esclarece que “aparentemente as expressões Materiais Manipulativos e Materiais Concretos podem significar coisas diferentes”. (...) O 34º Livro do Ano do National Council of Teacher of Mathematic descreve materiais manipulativos como “aqueles objetos concretos que quando manipulados ou operados pelo aluno e pelo professor, forneçam uma oportunidade para atingir certos objetivos” (JANUÁRIO, 2007, p. 1).

O que acontece em muitas situações é que, se tratando de escolas, estas têm graves carências de materiais didático-pedagógicos, bibliotecas com acervos reduzidos aliado a dificuldades financeiras para aquisição ou concepção de algo distinto de livros didáticos provindos de doações, na maior parte das vezes materiais confeccionados de forma homogênea, incapazes de trabalhar as particularidades, as desigualdades sociais, culturais e regionais, ou até os temas que são realidades para as comunidades (FONSECA, 2007). Não é incomum esquecer a ludicidade na hora de educar e formar o outro, aproveitando a interdisciplinaridade e a transversalidade própria da educação ambiental. O recurso a bonecos, peças teatrais e outras encenações precisam começar a fazer parte da prática e operacionalização da educação ambiental.

Outra premissa do Projeto é “como definir um processo educacional sem dizer onde se quer chegar e de onde se quer partir ou de onde se está partindo?” (SORRENTINO, 2006, p. 57).

Cada um dos países, de forma natural e endógena, está a conseguir identificar e implementar fatores que conduzirão à construção de uma sociedade mais igualitária e justa, através da formação, da parceria entre governo e sociedade civil, da assunção de responsabilidades comuns porém diferenciadas, e da definição de um corpo jurídico e legislativo que fundamente as ações e intenções que se refletem sobre o uso e gestão dos recursos naturais. Moçambique está fazendo isso, São Tomé e Príncipe está fazendo isso.

Esse é o caminho, que aqui se comunica.

Agradecimentos

Matilde Conceição Gomes, ponto focal da EA na Guiné-Bissau.

Osório Lima dos Prazeres, ponto focal da EA na região do Príncipe, São Tomé e Príncipe.

Vilela Sousa, ponto focal da EA em Moçambique.

Saquina Mucavele, ONG Mugede – Mulher, Gênero e Desenvolvimento, Moçambique.

Referência bibliográfica

ALVES, P. Arquipélago dos Bijagós: Guiné-Bissau. Disponível em: <http://www.rituais.com/Downloads/Guine-Bissau-Bijagos/Guine-Bissau-Bijagos.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2008.

AZEVEDO, R.T. Sensibilização ambiental: Importância e relação com a gestão ambiental. Disponível em: <http://www.naturlink.pt/canais/Artigo.asp?iArtigo=9619&iCanal=1&iSubCanal=39&iLingua=1>. Acesso em: 30 out. 2008.

CAPRA, F. A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2001.

FONSECA, V.M. A dimensão ambiental da educação: os conteúdos ambientais em escolas públicas das comunidades carentes. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FREITAS, R.C.O. Um ambiente para operações vituais com material dourado. 2004. Dissertação (Mestrado). 189 p. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

JANUÁRIO, G. Apontamentos “Materiais didáticos”. Guarulhos: Universidade de Guarulhos, 2007. Relatório para a disciplina “Instrumentação para o ensino da matemática”. 2 p.

LORENZATO, S.A. Laboratório de ensino da matemática e materiais didáticos manipuláveis. In: _____. O laboratório de ensino da matemática na formação de professores. Campinas: Autores associados, 2006, chap. 1, p. 3-37.

MATOS, J.M.; SERRAZINA, M.L. Didática da matemática. Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

MICOA. Avaliação da vulnerabilidade às mudanças climáticas e estratégias de adaptação. Maputo: MICOA/DNGA, 2005. 61 p. Relatório técnico.

MICOA. Boletim Informativo Interno, Maputo, n. 269, out. 2008.

SORRENTINO, M. Do diversionismo cotidiano às Políticas Públicas Nacionais e Internacionais voltadas a enfrentar as Mudanças Climáticas: a formação do educador ambiental popular. *ambientalmente sustentável*, Santiago de Compostela, v. 1, n.º 1-2, p. 49-68, jun-dez 2006.

TORRES, A. Informação, conhecimento e desenvolvimento. In: COLÓQUIO DE INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA NO CONTEXTO AFRICANO, 2002, Lisboa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Comunicação. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/trabalhos/Informa%C3%A7%C3%A3o,%20conhecimento%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 30 out. 2008.

WWF-Brasil. Redes – Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. 2. ed. Brasília: WWF-Brasil, 2004. 161 p.

*Cláudia Sofia G. Martins é engenheira agrônoma, formada pelo Instituto Superior de Agronomia UTL – Lisboa, e coordenadora do Projeto de Educação Ambiental na CPLP, através do DEA/MMA.

Alunos de nutrição da USP utilizam ações criativas em educação nutricional

Uma parceria inédita na Universidade de São Paulo une a disciplina de Educação Nutricional do Curso de Graduação em Nutrição da USP, o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP, a Rádio USP e a TV USP, revelando novas práticas educativas para estudantes de nutrição da USP.

Utilizando o referencial Teórico da educomunicação, conceito desenvolvido pelos principais teóricos contemporâneos da área de comunicação na América Latina, a coordenação da Disciplina “Educação Nutricional”, ministrada para alunos do 3º ano do Curso de Graduação em nutrição, na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP, procurou estas parcerias dentro da própria Universidade, com o objetivo de proporcionar aos alunos possibilidades de se apropriarem de técnicas e conceitos da área de comunicação.

Através desta experiência, num primeiro momento todos os alunos receberam além do conteúdo curricular sobre nutrição, informações sobre conceitos de comunicação e educomunicação, através de palestras no NCE/ECA/USP, conceitos de formatos e gêneros de programas tanto radiofônicos, quando televisivos, fornecidos através de palestras de profissionais da rádio USP e TV USP. Em seguida elaboraram em grupos, projetos de programas a serem produzidos, que foram avaliados, tanto pelas professoras da disciplina, quando por profissionais de comunicação da Rádio USP, TV USP e Assessoria de Comunicação Institucional da FSP/USP, em exame de qualificação dos projetos.

Depois disso, os alunos partiram para a produção dos programas na própria Rádio USP e TV USP, executando os projetos nos estúdios das mesmas, com o auxílio do pessoal técnico destas. Com os programas finalizados ao final da disciplina, estes serão sua forma de avaliação e então serão veiculados na programação da Rádio e TV USP, servindo de orientação alimentar para a população como um todo.

Segundo o psicólogo Joari Aparecido Soares de Carvalho, coordenador do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da ECA/USP, “o encontro da educação nutricional com a educomunicação está sendo muito proveitoso para os alunos, os professores e a equipe de parceiros. Cada um e todos empenharam conhecimento, trabalho e expectativas, e agora estão levando satisfações, convicções e projetos. Isso também me faz pensar que o entrosamento conseguido fecundará novas idéias para desenvolver mais ainda as combinações que já foram experimentadas, até em outras áreas. Como educador, percebi o quanto foi importante discutir o papel da mídia para uma alimentação saudável, e como isso parece ter sido importante também para provocar uma auto-reflexão dos colegas alunos sobre sua formação e a identidade profissional. Como psicólogo social de formação, isso só confirmou a necessidade e a viabilidade de levar essa questão da mídia também para o campo da saúde mental.”,

A educomunicação prevê a união de conceitos de comunicação e educação como forma tanto de rever conceitos tradicionais de comunicação entendida tradicionalmente “apenas como capacidade de persuadir as pessoas de forma unidirecional”, quanto também rever conceitos tradicionais de educação autoritária e unidirecional onde os alunos apenas recebem as informações, não refletindo sobre as mesmas.

Num mundo globalizado e midiático, onde todos estamos expostos a diversas formas de mídia, é preciso que a educação amplie sua atuação além do giz e quadro negro, para capacitar os alunos a lidar e a interpretar estas mídias de forma crítica. Esta utilização de recursos e conceitos de comunicação nas aulas de educação nutricional, melhoram a capacidade expressiva dos alunos, que de forma lúdica e estimulante, produzirão programas de rádio e de TV sobre orientação nutricional para a população, exercitando tanto seu aprendizado sobre nutrição, quanto a capacidade de se expressarem via meios de comunicação, exercitando práticas educativas.

Os programas serão veiculados, durante a programação da Rádio USP e TV USP, o que extrapola a finalidade especificamente didática do curso, mas tornando os produtos produzidos pelos alunos em serviços de utilidade pública para a sociedade.

A TV USP entrou com apoio institucional e instrumental, disponibilizando, profissionais, instalações e informações técnicas aos alunos da manhã, e também comprometendo-se a veicular os programas produzidos pelos alunos tanto na própria TV USP, quanto em outros espaços do Canal Universitário de TV de São Paulo, aventando-se inclusive a possibilidade de veiculação em TV Aberta, através de uma negociação com a TV Cultura.

Para Pedro Ortiz, Diretor da TV USP, “a parceria realizada entre a disciplina Educação Nutricional, do curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública, a TV USP (Coordenadoria de Comunicação Social) e o Núcleo de Comunicação e Educação da ECA (NCE) é uma iniciativa inédita e que poderá render ótimos frutos. Alunas da disciplina, sob orientação das professoras Ana Maria Cervato, Ana Maria Gambardella e as monitoras do curso, tiveram contato com a teoria e prática da Educomunicação e com o processo de produção de conteúdos audiovisuais para televisão, a partir da experiência de uma TV universitária como a TV USP. A parceria resultará na produção de uma série de oito interprogramas sobre Educação Nutricional, com participação das alunas, apoio técnico da TV USP e orientações da TV e do NCE. Além da exibição da série no Canal Universitário de São Paulo, ela ficará disponível no sistema de IPTV da USP e no site da Faculdade de Saúde Pública, para consulta pública. E o processo de produção dos programas, bem como sua exibição e posterior avaliação por grupos de discussão e participantes será um diferencial importante do projeto, que esperamos possa continuar pelos próximos anos”.

A Rádio USP também entrou com apoio institucional e instrumental, disponibilizando, profissionais, instalações e informações técnicas aos alunos da noite e também comprometendo-se a veicular os programas produzidos pelos alunos na própria Rádio USP.

Esta é a primeira vez na Universidade que se faz este tipo de parceria entre um curso e os meios de comunicação da mesma, com finalidades educativas e comunicacionais, pois para os veículos também é importante ter material de qualidade produzido por alunos para preencher suas programações.

Para a coordenadora da disciplina, Profa. Dra. Ana Maria Dianezi Gambardella, “desde 2007 estamos buscando, na área de comunicação, apoio para o desenvolvimento de educação nutricional. Penso que conseguimos iniciar um diálogo com a comunicação, uma vez que conseguimos construir pequenos programas para veiculação em rádios, especialmente, rádios comunitárias. Na oportunidade fomos apoiados pelo Laboratório de Áudio da FSPUSP. Neste ano, avançamos um pouco mais com as parcerias entre a disciplina obrigatória do Curso de Nutrição, Educação Nutricional e o Núcleo de Comunicação e Educação (NEC) da USP, bem como, com a TV e Rádio USP. Com a Rádio USP os alunos, do período noturno, deram continuidade ao desenvolvimento de pequenos programas, enquanto os alunos do matutino desenvolveram projetos para a TVUSP, sempre contando com o apoio pedagógico da disciplina e do NCE. Esperamos que nossos alunos tenham compreendido que se foram capazes de se comunicar com rádio, TV não terão problemas para se comunicar por meio de quaisquer outros canais”.

Segundo a Profa. Dra. Ana Maria Cervato, outra professora coordenadora da disciplina, “a experiência é enriquecedora tanto para os alunos, quanto para os monitores e professores. Discutir a elaboração de programas que visam o estímulo às práticas alimentares saudáveis ajuda no processo de reflexão sobre a função dos meios de comunicação. Discussão fomentada por pesquisas da área da nutrição que apontam que crianças que assistem TV durante muito tempo tem maior prevalência de obesidade. Além desse desafio, oportuniza a criatividade dado que apresenta outras ferramentas educacionais em oposição a tradicional palestra ou mesmo aos folhetos ou jogos educativos”.

O objetivo da disciplina é capacitar os alunos a compreender a importância da educação nutricional; a reconhecer modelos e teorias aplicadas em programas e projetos de educação nutricional; a planejar e desenvolver atividades educativas na área da nutrição e alimentação, e com esta iniciativa, os alunos aplicam estes objetivos criando estratégias criativas de educação e nutricional, utilizando ferramentas de comunicação. Todas estas peças de comunicação mostram mensagens de práticas alimentares saudáveis como controle e alternativas alimentares, consumo de dietas saudáveis, importância da atividade física para a saúde, entre outras.

Os graduandos utilizaram processos de educação problematizadora nestas estratégias a fim de que o público-alvo percebesse, a partir de seu próprio conhecimento, a importância de uma alimentação saudável e de como praticá-la.

Para a aluna da disciplina do período da manhã, “nosso projeto consistiu na elaboração de um interprograma com 2 minutos de duração com a finalidade de uma educação nutricional baseado na estratégia global. Com a participação em praticamente todos os processos de produção do vídeo, pude ver na prática todo o trabalho de diversos profissionais envolvidos e pude ver na prática, também, uma das formas de promover a saúde através da educação nutricional usando o vídeo como estratégia. Apesar de todo trabalho demandado, e das dificuldades por envolver na criação pessoas com quase nada ou nada de experiência na elaboração e produção de um vídeo, o projeto foi bem interessante, uma vez que nos deu oportunidade de vivenciar todas as dificuldades desde a linguagem a ser utilizada, até a produção de um roteiro, a filmagem e parte da edição. Se for exibido em algum veículo audiovisual, espero que o programa atinja seu objetivo principal, que é esclarecer o mito proposto pelo meu grupo no programa”.

Os alunos mostraram-se muito contentes com o resultado de seu trabalho, como afirma a aluna Bartira, do período noturno, “achei interessante a disciplina, pois nos coloca questões que não estamos acostumados a pensar, que tipo de profissional deveremos ser. Gostaríamos apenas de ter participado mais da edição de programas no rádio, pois fizemos tudo, menos a edição que ficou mais com os técnicos da Rádio USP”.

“Espero que esta experiência seja uma referência para outros cursos de graduação tanto da USP, quanto para cursos de outras Universidades, utilizarem esta metodologia inovadora, que é a relação da comunicação com a educação que tem como produto alunos críticos, que aprendem não só a interpretar, mas também produzir mídia, o que os torna mais críticos e pró-ativos em relação as relações de poder que os envolvem. Atividades como esta unem e potencializam os objetivos de ensino e de extensão que a Universidade defende como sua missão (ensino, pesquisa e extensão)”, afirma Marcellus William Janes, Assessor de Comunicação Institucional da FSP/USP, que também participou da parceria.

Além das professoras responsáveis pela disciplina, Profa. Dra. Ana Maria Cervato e Profa. Ana Maria Dianezi Gambardella; participaram do projeto os bolsistas PAE, Nutricionistas Lídia Yamamoto e Jéssica Dias; os profissionais NCE/ECA/USP, Prof. Dr. Ismar do Oliveira Soares – Diretor do NCE e Joari Aparecido Soares de Carvalho; Silvana Pires, da Rádio USP; Pedro Ortiz, Diretor da TV USP; Marcellus William Janes, Assessor de Comunicação/Imprensa, da FSP/USP, também participou da parceria.

Fotos no site da FSP: <http://www.fsp.usp.br/boletim.php>

Mais informações de entrevistas com Profa. Ana Cervato, pelo tel: 3061-7851, e-mail: cervato@usp.br ou com a Profa. Ana Gambardella pelo, pelo tel: 3061-7852, e-mail: gambarde@usp.br.



Educar comunicando + comunicar educação = Educomunicação

Fábio Wesley de Melo*

Sou paulistano e, como paulistano corinthiano adoro aquela cidade, por mais “babilônica” que seja, porém, em doses homeopáticas. Isso porque a Cidade de São Paulo consegue abrigar tudo de bom e de ruim, sendo para mim, referência de um pouco de tudo que não devemos fazer ao meio ambiente e às sociedades que vivem à margem da civilidade urbana e fora dela.

Mas tem coisas boas. E muitas como, por exemplo, o VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação, que aconteceu entre os dias 28 e 30 de outubro de 2009, no simpático SESC Vila Mariana.

Fui para o Simpósio com a missão de representar do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e, pessoalmente, também fui com a missão de aprender, pois apesar de ser educador ambiental e de haver um Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental no DEA, ainda preciso aprender muito mais sobre este conceito.

Lá, fiquei extremamente surpreso e feliz, pois apesar de realmente haver uma discussão técnico-política mais difícil ou um pano de fundo complexo sobre esse híbrido de educação ambiental e comunicação, na prática, senti que fazer educomunicação é muito mais simples do que minha mente complicada imaginava.

A socialização das experiências concretas feitas por alguns dos participantes, na aplicação empírica do conceito de educomunicação, em ações práticas e participativas, foi de extrema importância, tanto para a replicação dessas ações, como para a construção de políticas públicas de educomunicação.

Não há nada melhor que um bom exemplo prático e simples da realidade e, nesse sentido, experiências de educomunicação que promovam o empoderamento das sociedades, pela denúncia e/ou socialização, para educar e conscientizar, representam não somente um meio para mostrar a realidade, mas também uma ferramenta para regular os sistemas e monitorar o mau trato e a insensatez socioambiental.

A educomunicação se apresenta como oportunidade principalmente para as sociedades menos favorecidas, sejam catadoras de coco babaçu ou quilombolas ou pessoas que vivem nas ruas à margem da sociedade, ou quem quer que seja que não tenha voz necessária para se fazer ouvir.

Não somente educadores e educadoras ambientais - ou não ambientais - jornalistas e cineastas, mas também gestores públicos que tratam da dinâmica socioambiental com seriedade no dia-a-dia das prefeituras, secretarias de meio ambiente, etc, devem tomar conhecimento e utilizar educomunicação, inclusive como forma de monitorar suas ações, socializar as boas práticas e identificar problemas, utilizando um processo educativo.

Voltando ao exemplo prático, destaque para a cobertura do simpósio, feita por uma turma animada de crianças e jovens de várias idades que, utilizando celulares, filmadoras, máquinas fotográficas, gravadores, etc, demonstraram aos presentes que hoje não se pode falar em dificuldade de se aplicar a educomunicação prática pela sociedade, e para a sociedade. A tecnologia existe e está aí, portanto é preciso fazer com que esta tecnologia chegue às mãos das pessoas.

Percebi, pelas experiências apresentadas pelos participantes e pela cobertura do evento, que incentivar as pessoas a participar ativamente do processo criativo da educomunicação, além de integrá-las à questão abordada, fortalece a ação proposta, pois as pessoas sentem-se mais integradas à questão e empoderadas para agir em favor da causa defendida, ou do alerta a ser feito.

Pessoalmente, como Gestor Ambiental e Educador Ambiental foi muito rica a experiência de interagir com jornalistas, estudantes, professores, e tantos outros e outras, em torno de um processo dinâmico e livre de se promover educação ambiental e cidadania.

Esse namoro entre Meio Ambiente, Jornalismo e Educomunicação é importante para a transparência dos fatos e, também, para a construção de propostas ecopedagógicas eficientes e práticas, que dialoguem diretamente com as políticas, programas, projetos e ações de educação ambiental que visem promover uma consciência coletiva e ampliar a visão do mundo das sociedades.

O material produzido durante o Simpósio pelos grupos de jovens participantes, está disponível no blog: <http://simposioeducom.blogspot.com>.

* Fábio Wesley de Melo é gestor ambiental do DEA/MMA, educador ambiental e especialista em sistemas agro-florestais.

Eventos

IX Congresso de Ecologia do Brasil e III Congresso Latino Americano de Ecologia

TEMA: Ecologia e o futuro da Biosfera

LOCAL: São Lourenço - MG

DATA:

- 11 a 13 de setembro de 2009 - 1º etapa para pesquisadores e alunos de pós-graduação.
- 13 a 17 de setembro de 2009 – 2º etapa para a comunidade científica em geral.

REALIZAÇÃO:

Sociedade de Ecologia do Brasil - Departamento de Ecologia - Instituto de Biociências - USP

INSCRIÇÕES: 1/01/2009 a 31/08/2009.

Envio de resumos: 01/01/2007 a 31/05/2009.

PÚBLICO-ALVO: pesquisadores, alunos de pós-graduação e comunidade científica em geral.

INFORMAÇÕES: edisa@ib.usp.br

O site estará disponível a partir de janeiro de 2009.

Encontro Sergipano de Educação Ambiental

TEMA: Reflexão sobre os diferentes olhares e perspectivas em Educação Ambiental nos âmbitos formal, não-formal e informal no estado.

Pretende-se agregar pessoas que vêm estudando, pesquisando e trabalhando com Educação Ambiental formal e não-formal, e ou que tenham interesse na temática, para apresentarem suas propostas bem como participar de um momento de reflexão coletiva na perspectiva de construção de novos rumos à atuação na Educação Ambiental no estado de Sergipe.

LOCAL: Sergipe

DATA: 10 à 13 de dezembro de 2008

REALIZAÇÃO: Universidade Federal de Sergipe - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental do Estado de Sergipe e Sala Verde - UFS.

INSCRIÇÕES e INFORMAÇÕES: (79) 2105- 6422 ou salaverde@ufs.br

Encontro conjunto de educadores DEA, IBAMA e ICMBio

Aconteceu nos dias 17 e 18 de novembro a primeira reunião do processo de rearticulação dos educadores e das ações educativas do ICMBio e do IBAMA. A reunião contou com a presença da Sra Lúcia Anello, diretora do Departamento de Educação Ambiental - DEA, do MMA, do Sr. Paulo Maier de Souza, diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável - DIUSP, do Sr. Pedro Eymard, chefe de Gabinete do ICMBio, e do Prof. José Silva Quintas, como consultor.

Esta primeira reunião, organizada por iniciativa do ICMBio e coordenada pela DIUSP, contou com a presença de educadores ambientais do ICMBio e do IBAMA de dez regiões e estados do país, além da Sede e Centros Especializados, convidados especialmente para este encontro em função das experiências e dos processos educativos conduzidos pelos mesmos no âmbito do ICMBio. Os presentes se comprometeram a fazer um levantamento expedito das experiências educativas em andamento em suas regiões.

Estas experiências serão utilizadas no Encontro de educadores do ICMBio e do IBAMA, que será realizado entre os dias 15 e 18 de dezembro próximos, em Brasília, com o apoio financeiro e operacional do DEA/MMA, que tem por objetivo reestruturar a educação ambiental na esfera federal.

Os participantes elegeram um grupo de trabalho com quatro servidores do ICMBio, coordenado pela servidora Laci Santin e composto por mais três servidores, representando as UCs de proteção integral (Denise Alves, pelo PARNA Tijuca/RJ), as UCs de uso sustentável (Jerônimo Martins - Resex Barreiro das Antas/RO) e a Sede (Flávia Rossi).

Este grupo de trabalho integrará um GT Interinstitucional que terá como objetivo organizar o Encontro conjunto de educadores IBAMA-ICMBio. Os servidores do IBAMA deverão eleger seus representantes nos próximos dias.

LOCAL: Brasília

DATA: 15 e 18 de dezembro de 2008

REALIZAÇÃO: Departamento de Educação Ambiental - DEA/MMA

PÚBLICO: educadores ambientais do DEA, Ibama e ICMBio

12ª Jornada Alagoana de Saneamento Ambiental

TEMA: Aquecimento Global: contribuição para as ações locais, por entender que as consequências das ações humanas sobre o meio ambiente estão impondo ao ser humano necessidade de mudanças de visão e de atitudes, as quais sua socialização é importante visando um futuro cada vez melhor para nosso Estado.

LOCAL: Auditório do CTEC/UFAL

DATA: 10, 11 e 12 de dezembro de 2008

REALIZAÇÃO: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental / Seção Alagoas – ABES/AL.

INSCRIÇÕES:

PÚBLICO: estudantes, técnicos e profissionais da área de saneamento e meio ambiente.

INFORMAÇÕES: 82 - 3221 4070 (pela tarde) / www.abes.al.org.br8:00h

Seminário Regional de Apresentação do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada do Território da Chapada Diamantina e do processo de reestruturação do Grupo de Trabalho Regional - G3

TEMA: O Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada atende uma diretriz do governo estadual de apoio à descentralização da gestão pública e tem como principal objetivo a estruturação dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente.

As principais atividades do programa são:

1. Definição e descentralização do licenciamento ambiental das atividades de impacto local;
2. Capacitação e treinamento dos gestores e técnicos municipais de meio ambiente;
3. Apoio ao processo de organização das estruturas municipais de gestão ambiental;
4. Apoio a organização das alternativas de financiamento do Sistema Municipal de Meio Ambiente;
5. Descentralização dos Sistemas de Informação Ambiental do Estado.

LOCAL: Auditório do Hotel Chapada, localizado na Av. Francisco Eráclito nº 708 (margeando a BR) ? Seabra.

DATA: 05 de dezembro

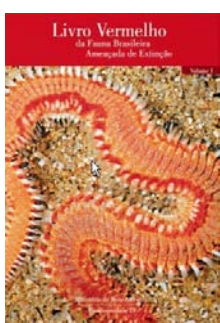
REALIZAÇÃO: Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria do Meio Ambiente

INFORMAÇÕES: Mais informações na Superintendência de Políticas para a Sustentabilidade da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através do telefone: (71) 3115 6260/6983/9803/3890.



Publicações

Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção



Autor: Ministério do Meio Ambiente

Resumo: Uma publicação elaborada em parceria com a Fundação Biodiversitas que traz um amplo conjunto de informações das espécies presentes nas Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

São mais de mil e quatrocentas páginas distribuídas em dois volumes, com dados sobre a biologia, distribuição geográfica, presença em unidades de conservação, principais ameaças, estratégias de conservação, indicações de especialistas e de núcleos de pesquisa e conservação envolvidos com as espécies.

O principal papel dos livros vermelhos é alertar os tomadores de decisão, profissionais da área de meio ambiente, conservacionistas, e a opinião pública em geral, sobre o risco crescente de extinção de espécies e suas consequências sobre o patrimônio genético do planeta. A elaboração de livros contendo as descrições das espécies consideradas sob ameaça de extinção (livros vermelhos), realizada com base em critérios científicos e consulta a especialistas, constitui uma ferramenta básica para a conservação e recuperação dessas espécies.

A elaboração do Livro Vermelho decorre diretamente das Listas Nacionais Oficiais de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (INs MMA nº 3/2003 e nº 5/2004), incluindo pela primeira vez em uma única obra todas e somente as espécies que o governo brasileiro efetivamente reconhece como ameaçadas de extinção. Representa, portanto, a continuidade de ações iniciadas a partir da elaboração das Listas de Espécies Ameaçadas, no sentido de um dia poder retirá-las dessa condição.

A lista com as espécies citadas nos livros vermelhos pode orientar o desenho das políticas públicas e privadas de ocupação e uso do solo, a definição e priorização de estratégias de conservação, o estabelecimento de medidas que visem reverter o quadro de ameaça às espécies, além de direcionar a criação de programas de pesquisa e formação de profissionais especializados em biologia da conservação.

Primeira lista - A primeira lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção é de 1968 (Portaria IBDF nº 303) e contava com 44 espécies. A primeira lista publicada no âmbito do Ibama (Portaria nº 1.522) ocorreu em 1989, com 206 espécies animais sob ameaça de desaparecimento, dentre vertebrados e invertebrados, das quais sete espécies consideradas como provavelmente extintas. A lista atual, publicada por intermédio das Instruções Normativas MMA nº 3/2003 e nº 5/2004, conta com 627 espécies ameaçadas de extinção, sendo 130 de invertebrados terrestres, 16 de anfíbios, 20 de répteis, 160 de aves, 69 de mamíferos, 78 de invertebrados aquáticos e 154 de peixes.

Maiores informações sobre o tema podem ser obtidas no Portal sobre Espécies Ameaçadas de Extinção do MMA, no endereço www.mma.gov.br/ameacadas.

Texto base: Educomunicação Socioambiental



Autor: Ministério do Meio Ambiente, 2008.

Idioma: português

Disponível em: www.mma.gov.br/ea

Resumo: É um texto-base para ações, programas e projetos de comunicação voltados à Educação Ambiental. Tem como missão subsidiar propostas de políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental e orientar práticas de comunicação no campo da Educação Ambiental, tendo como foco princípios de dialogismo e participação em toda a ação comunicativa irradiada a partir deste campo. Ele é, também, resultado da contribuição de mais de 60 especialistas no assunto

que participaram da consulta pública aberta entre 2005 e 2007.

Livro: Comunicar el Cambio Climático. Escenario social y líneas de acción



Autor: Pablo Ángel Meira Cartea

Editora: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino - Organismo Autónomo de Parques Nacionales, 2008.

Idioma: espanhol

Formato: PDF

Disponível em: www.mma.es/portal/secciones/formacion_educacion/recursos/rec_documentos/comunicar_cc.htm

O principal objetivo desta publicação é gerar um material que sirva de guia e orientação para a tarefa de informar, comunicar e educar a sociedade sobre as mudanças climáticas, atribuídas à ação do homem, um empenho tão ambiciosos como necessário em que está envolvendo cada vez mais agentes e atores sociais e institucionais.

O conjunto dessas reflexões expostas se situam no desenvolvimento de uma experiência e protesto coletivo mais amplo. Tanto sua concepção, como o mecanismo institucional habilitado pra sua elaboração, respondem às recomendações do II Seminario de Comunicación, Educación y Participación frente al Cambio Climático, celebrado em Lekaroz (Navarra), durante os dias 20 e 21 de outubro de 2005.

“Comunicar el Cambio Climático. Escenario social y líneas de acción” pretende revisar alguns tópicos que podem ser chaves para o desenho de práticas de comunicação (ou, quem sabe a médio prazo, de uma estratégia de comunicação) sobre uma mudança climática que se adapte às peculiaridades e necessidades da sociedade espanhola e leve em conta as oportunidades da investigação social e as iniciativas similares empreendidas em outros países.

Empoderamento comunitário: uma proposta de enfrentamento de vulnerabilidades



Autora: Leides Barroso Azevedo Moura

Editora: Letras Livres, 2008

Idioma: Português

Resumo: O livro aborda o fortalecimento de comunidades.

A professora Leides Barroso Moura, do Departamento de Enfermagem da UnB, é a organizadora do livro. A obra trata do poder das comunidades em mapear sua realidade e buscar soluções, de modo a não depender de auxílio externo ou de assistencialismo. Leides desenvolve pesquisas sobre violência contra a mulher e tem realizado ações de empoderamento feminino no Distrito Federal. A publicação, de 192 páginas, é da Editora Letras Livres.

Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade



Autor: VIEZZER, Moema L., Foz do Iguaçu, Ministério do Meio Ambiente, 2007. 200 páginas.

Resumo: O livro “Círculos de Aprendizagem para a Sustentabilidade” é o relato de uma aprendizagem transformadora em curso. Tem como cenário a Bacia do Paraná 3, os municípios lindeiros ao reservatório de Itaipu e o Entorno do Parque Nacional do Iguaçu, abrangendo o oeste e o sudoeste paranaense e um município de Mato Grosso do Sul. O processo idealizado pelo Ministério do Meio Ambiente, vem sendo implementado por duas instituições âncoras: a Itaipu Binacional, através do Programa Cultivando Água Boa e o Parque Nacional do Iguaçu, com diversas outras parcerias.

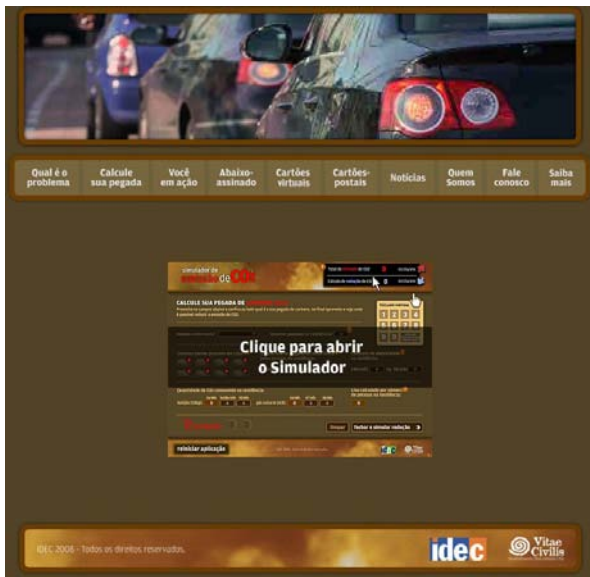
Nesse “pedaço” do Planeta está em construção uma rede de aprendizagem permanente voltada para a “Ética do Cuidado” com o meio ambiente e os seres humanos. No território de cerca de um milhão de habitantes, quase três mil pessoas reúnem-se em comunidades de aprendizagem formadas em escolas, bairros, ruas, meio rural, entre outras, dando prosseguimento à formação de uma rede de educadoras e educadores ambientais.

A iniciativa tem um mote condutor: a recuperação dos passivos ambientais dessa região marcada pela fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina, por meio de uma Educação Ambiental voltada para a sustentabilidade. As ações são empreendidas no marco do Programa de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais, mediante a constituição do Coletivo Educador da Bacia do Paraná 3 e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu.

O livro está disponível no formato PDF, no endereço: http://www.itaipu.gov.br/files/file/livro_FEA_web.pdf

Internet

Calcule sua pegada ecológica



O site “Clima e Consumo” lança simulador que calcula a pegada ecológica de cada um e sugere ações para reduzi-la, através da redução de emissão de CO₂.

Acesse: www.climaeconsumo.org.br/calculadora.html

Se informe sobre Mudança Climática



“MudaClima” é um blog que se propõe a juntar todas as notícias e artigos divulgados na mídia sobre mudança climática e aquecimento global, num único espaço, facilitando, assim, leituras e pesquisas sobre o assunto.

Atualizado constantemente, esta aberto a colaboração através do envio de todo e qualquer tipo de material sobre o assunto.

Acesse: mudaclima.blogspot.com

Blog do Coleciona



O “Coleciona” - Fichário do Educador Ambiental agora pode ser acessado através do Blog Coleciona-ea.

Acesse: coleciona-ea.blogspot.com

Vídeos

Oficina de Cinema Ambiental Humano Mar



O Projeto de Educação Ambiental do Campo de Polvo realizou, entre 2007 e 2008, 10 oficinas de Cinema e 10 fóruns ambientais. Foram produzidos 30 filmes documentários que compõem um amplo painel sobre as questões socioambientais da Bacia de Campos.

Por seu caráter inovador, o Projeto, em 2008, recebeu o prêmio Brasil Ambiental, um dos mais importantes do país.

Os filmes realizados são referentes as cidades de Araruama, Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Macaé, Niterói, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e São Pedro da Aldeia.

Realização: ABAETÉ Estudos Socioambientais - contato@abaete.com.br; IBAMA e devon

Acesse: <http://videosambientais.rg3.net/>

